

LABORO EXCELÊNCIA EM PÓS-GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

ANTONIO LUIZ CAETANO OLIVEIRA
ELVIS PRESLEI ARAÚJO CALDAS
EUDÓCIO LOPES ARAÚJO JÚNIOR
JOSÉ CARLOS BASTOS SILVA FILHO
LUÍZ CARLOS FÔNSECA DE SOUZA

NÚCLEO UNITRABALHO/UFMA: uma proposta de resgate da dívida social para com os
trabalhadores

São Luís

2008

**ANTONIO LUIZ CAETANO OLIVEIRA
ELVIS PRESLEI ARAÚJO CALDAS
EUDÓCIO LOPES ARAÚJO JÚNIOR
JOSÉ CARLOS BASTOS SILVA FILHO
LUÍZ CARLOS FÔNSECA DE SOUZA**

NÚCLEO UNITRABALHO/UFMA: uma proposta de resgate da dívida social para com os
trabalhadores

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Especialização em Docência
do Ensino Superior, do Instituto Laboro de Pós-
Graduação, Universidade Estácio de Sá para a obtenção
do título de especialista em Docência do Ensino
Superior.

Orientador: Prof. Roberto Mauro Gurgel

São Luís

2008

**ANTONIO LUIZ CAETANO OLIVEIRA
ELVIS PRESLEI ARAÚJO CALDAS
EUDÓCIO LOPES ARAÚJO JÚNIOR
JOSÉ CARLOS BASTOS SILVA FILHO
LUÍZ CARLOS FÔNSECA DE SOUZA**

NÚCLEO UNITRABALHO/UFMA: uma proposta de resgate da dívida social para com os
trabalhadores

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Especialização em Docência
do Ensino Superior, do Instituto Laboro de Pós-
Graduação, Universidade Estácio de Sá para a obtenção
do título de especialista em Docência do Ensino
Superior.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Roberto Mauro Gurgel (Orientador)
Mestre em Sociologia do Desenvolvimento
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profª. Arina Santos Ribeiro (Examinadora)
Mestre em Saúde e Ambiente
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

RESUMO

Estudo acerca da atuação da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO/UFMA) no ensino superior como proposta de resgate da dívida social no mundo do trabalho, enfocando os problemas vivenciados diretamente pela carente população maranhense. Objetiva-se apresentar as ações da UNITRABALHO/UFMA, expondo a sua missão e sua interação com entidades representativas da sociedade, principalmente dos trabalhadores. Trata-se de um estudo descritivo, caracterizando-se como pesquisa qualitativa, realizando-se, também, um estudo de caso descritivo. A fundamentação teórica trata da relação entre trabalho/educação/extensão universitária, como forma de integrar o saber científico da academia às experiências/necessidades da sociedade extra-universidade. Já que a extensão universitária vem despontando como mecanismo de extrema importância por ser a ponte de ligação entre o caráter formal (ou seja, o Ensino e a Pesquisa) à prática dele na comunidade. Descreve-se de forma sucinta alguns projetos desenvolvidos pela UNITRABALHO/UFMA: a) Avaliação externa da Política de Qualificação Profissional no Maranhão (Planteq/MA); b) Curso de Capacitação “Brasil Meu negócio é o Turismo”; c) Mapeamento dos empreendimentos e das entidades de apoio à economia do Maranhão; por fim, d) observatório do trabalho/UFMA. Tendo como conclusão que as ações e projetos desenvolvidos pela UNITRABALHO/UFMA denotam a insistente busca pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e quanto aos alunos participantes, agregaram uma insubstituível experiência acadêmica ao seu currículo.

Palavras-chaves: Trabalho. Educação. Extensão universitária.

ABSTRACT

Study about the role of Inter Foundation for Studies and Research on Work (UNITRABALHO / UFMA) in higher education as a proposal for redemption of debt in the social world of work, focusing on the problems experienced by the poor people directly Maranhão. Aims to present the actions of UNITRABALHO / UFMA, outlining its mission and its interaction with representative bodies of society, especially of workers. This is a descriptive study, characterizing as qualitative research, and where, too, a case study descriptive. The theoretical foundation deals with the relationship between work / education / university extension as a way to integrate the scientific knowledge of the academy experience / needs of society outside the university. Since coming to university extension comes as a mechanism of extreme importance as the bridge connecting the formal character (the Education and Research) to practice in his community. This is in summary form some projects developed by UNITRABALHO / UFMA: a) External evaluation of the Vocational Training Policy in Maranhão (Planteq / MA), b) Training Workshop "My business is Brazil Tourism", c) Mapping of ventures and entities to support the economy of Maranhão, finally, d) monitoring the work / UFMA. With the conclusion that the actions and projects developed by UNITRABALHO / UFMA denote the urgent search for improved quality of life of workers and students about the participants, added a unique experience to their academic curriculum.

Key words: Work. Education. University extension.

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino.

Boaventura de Souza Santos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 OBJETIVOS	10
2.1 Estrutura	10
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
3.1 A reestruturação produtiva e a educação	13
3.2 Extensão universitária	18
3.2.1 Extensão universitária: definição e historicidade	19
4 METODOLOGIA	24
4.1 Características do objeto de estudo	25
4.2 Seleção da amostra	26
4.3 Instrumentos e procedimentos metodológicos	26
4.3.1 Instrumentos	27
4.3.2 Procedimentos	28
4.3.3 Procedimentos de análise dos dados	29
5 A UNITRABALHO	31
5.1 A UNITRABALHO/UFMA	33
5.2 Ações desenvolvidas pela UNITRABALHO/UFMA	34
5.2.1 Avaliação externa da Política de Qualificação Profissional no Maranhão (Planteq/MA)	35
5.2.2 Brasil Meu negócio é o Turismo: Curso de capacitação de agentes de desenvolvimento social no estado do Maranhão	38
5.2.3 Mapeamento dos empreendimentos econômico-solidários e das entidades de apoio à economia solidária no Estado do Maranhão	39
5.2.4 O observatório do trabalho/UFMA	41
5.3 Os participantes do Núcleo UNITRABALHO/UFMA	42
6 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES	52
ANEXOS	54

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a atuação do Núcleo UNITRABALHO/UFMA no ensino superior como proposta de resgate da dívida social no mundo do trabalho, principalmente, em função dos problemas vivenciados diretamente pela carente população maranhense. Acredita-se que as crescentes demandas sociais exigem que as universidades incluam, em sua pauta de discussão, a busca por alternativas para minimizar a exclusão, o desemprego, a má distribuição de renda que se fazem presentes em nosso país.

Segundo Dourado (2003), nos dias atuais, há consenso em torno da idéia de que a universidade não só pode como deve cumprir uma missão que vá além dos limites da sua finalidade tradicional de produção, reprodução, divulgação e conservação do conhecimento. Requer-se, hoje, dessa instituição: a) não só a formação de recursos humanos de alto nível de qualificação, mas também uma educação que prepare para o pleno exercício da cidadania; b) não só contribua para o avanço do conhecimento científico e tecnológico, mas também que a sua atividade de pesquisa esteja voltada para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual está inserida e alinhada a um modelo de desenvolvimento que privilegia, além do crescimento da economia, a promoção da qualidade de vida; c) enfim, não só que a instituição universitária mobilize seus recursos humanos e materiais e o estoque de competências que possui para atender, em caráter supletivo, demandas específicas, mas também que, de forma sistemática, assuma papéis e funções sociais complementares da responsabilidade do Estado.

A Rede UNITRABALHO, que contou como um dos seus propositores o sociólogo e educador Florestan Fernandes, teve como motivação a cooperação mútua entre a academia e o mundo do trabalho, através de um processo de Extensão Universitária envolvendo docentes, estudantes e trabalhadores, especialmente os sindicalizados. Cada Universidade mobilizada assinou um termo de compromisso, onde assumiu a responsabilidade de articular os atores sociais envolvidos e proporcionar uma reflexão crítica sobre a realidade a nível de cada Estado, processos de formação, atualização e especialização e apoio à criação de experiências referentes às necessidades do mundo do trabalho.

Passados 15 anos da assinatura do termo de compromisso, vale indagar até onde se conseguiu avançar no sentido desta experiência, o que significa avaliar seus resultados concretos. Até onde a UNITRABALHO atuou efetivamente na busca por melhorar as condições de vida dos trabalhadores brasileiros? E no caso Maranhense, especificamente,

quais os resultados alcançados? Que proveitos tirou a Universidade Federal do Maranhão da experiência? Quais benefícios a UNITRABALHO/UFMA trouxe para a classe trabalhadora maranhense? Que resultados concretos se pode apontar em termos de ensino, pesquisa e extensão em suas ações e projetos? Tudo isso justifica o interesse na presente pesquisa.

2 OBJETIVOS

O estudo tem como objetivo geral: apresentar as ações da *UNITRABALHO/UFMA* como proposta de integração universidade/sociedade no resgate da dívida social no Mundo do Trabalho. Constituem, conseqüentemente, seus objetivos específicos:

- Relatar a missão da UNITRABALHO;
- Expor os projetos que denotam a busca pelos fins a que a Instituição se propõe;
- Verificar que resultados concretos podem ser apontados em termos de ensino, pesquisa, extensão e de benefício à classe trabalhadora maranhense em suas ações e projetos;
- Identificar a interação da UNITRABALHO/UFMA com entidades representativas da sociedade, principalmente dos trabalhadores;
- Entender como se dá a escolha e a participação dos atores sociais envolvidos nos projetos da UNITRABALHO/UFMA;
- Conhecer de que forma a UNITRABALHO/UFMA liga os objetivos da Educação Superior com as questões relacionadas ao Mundo do Trabalho.

2.1 Estrutura

O trabalho ora apresentado está dividido em quatro partes, além da Introdução. A primeira delas é voltada para explicitação da metodologia utilizada. Na oportunidade, serão especificados a classificação do estudo e os recursos metodológicos utilizados para se chegar aos objetivos propostos.

Na segunda parte, será apresentada a fundamentação teórica indispensável. Nesta oportunidade, tratar-se-á da relação entre trabalho e educação e sobre a extensão universitária, como forma de integrar o saber científico da academia às experiências/necessidades da sociedade extra-universidade.

Em seguida, serão apresentados os resultados da pesquisa, onde tratar-se-á, propriamente, do objeto de estudo – a UNITRABALHO/UFMA – da sua origem, sua missão e de seus objetivos institucionais. Depois, serão apresentadas algumas ações desenvolvidas pela UNITRABALHO/UFMA, numa abordagem geral sobre a evolução das experiências bem

como das propostas do Núcleo para o futuro, confrontando-os com os propósitos da educação superior.

E, na quarta parte, a qual ficará reservada para a apresentação final do trabalho, far-se-á as considerações finais as quais convergem para demonstrar que é necessário incentivar a criação de outros espaços de discussão e de desenvolvimento de projetos voltados para as problemáticas relacionadas ao Mundo do Trabalho, a exemplo do Núcleo UNITRABALHO/UFMA, como forma de reduzir os problemas sociais que assolam o Brasil e, em especial, o Estado do Maranhão.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Situação do Capitalismo diante de todas as transformações tecnológicas, econômicas e sociais da tão proclamada “economia mundo” – representada pela internacionalização do capital, da globalização, das grandes multinacionais – não melhorou a enorme diferença entre os países de “centro”, da “semiperiferia” e da “periferia”. Reconhece-se, com base em Wallerstein (1997 *apud* FARIA, 1999), que é muito difícil que cheguemos a ter uma paridade econômico-social entre as nações, dado que o capitalismo exige para sua sobrevivência que persista a existência de “dominantes” e “dominados”¹.

O Brasil, em especial, é a própria materialização das desigualdades existentes atualmente. Isso porque, em termos de riqueza e bem-estar social, vive-se na fronteira entre a modernidade, para alguns, e o cerne do atraso econômico e social para a maioria. No país, coexistem, ao mesmo tempo, “poucos muito ricos e muitos muito pobres”. Enfim, o Brasil é estatisticamente reconhecido como um dos países de maior desigualdade de renda no mundo – algo que é, contemporaneamente, contraposto ao ideal moderno de justiça social.

Consultando os meios de comunicação de massa no Brasil, confirmou-se o quadro de desigualdade existente no país. “Brasil tem segunda pior distribuição de renda do mundo” (RIBEIRO, 2005), noticiou o jornal eletrônico Folha On Line, em 17 de junho de 2005. Segundo o estudo divulgado na reportagem, 1% (um por cento) dos brasileiros mais ricos – 1,7 milhão de pessoas – detém uma renda equivalente à da parcela formada pelos 50% (cinquenta por cento) mais pobres (86,5 milhões de pessoas).

De outra sorte, o mesmo jornal também divulgou: “**Em 25 anos, países como China e Jordânia deixam Brasil para trás**” (RIBEIRO, 2007) e mais, “**Renda dos brasileiros cai 12,7% em dez anos, diz IBGE**” (SPITZ, 2006). A saber, a primeira reportagem – mais recente – noticiou que, segundo a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a taxa de analfabetismo adulto no Brasil é um dos piores indicadores sociais quando comparada com as de outros países em desenvolvimento, ficando atrás de quase todos os vizinhos na América do Sul; e, a segunda delas fala por si.

¹ “Ao longo do tempo, afirma Wallerstein, [...] algumas áreas desenvolvem e outras áreas regridem. No entanto, diz ele, a passagem deste ou daquele país da semiperiferia não altera, em sua essência, a natureza da economia-mundo. **Em seu âmbito, conclui, os Estados não podem todos “progredir” ao mesmo tempo, pois o sistema capitalista mundial funciona graças a existência de regiões desiguais de centro ou núcleo orgânico, semiperiferia e periferia**”. (FARIA, 2001, p. 96). (grifo nosso)

Especificamente no Maranhão, o quadro econômico-social de sua população é ainda pior, visto que ele é notoriamente conhecido como o Estado mais pobre da Federação e o que ostenta os piores índices relacionados ao desenvolvimento humano da população. Cita-se alguns dados alarmantes: 26,9% dos trabalhadores maranhenses, em 2004, trabalhavam sem carteira assinada e 33,4% trabalhavam por conta própria, o que demonstra a precarização e o grau de informalidade das relações de trabalho no Estado (IBGE,2006a); O rendimento *per capita* médio domiciliar da população maranhense era o segundo pior do Brasil em 2004, com R\$ 196,65 (cento e noventa e seis reais e noventa e cinco centavos), ganhando apenas do estado do Alagoas (IBGE, 2006b); 52,6% da população urbana do Maranhão e 77% da rural viviam, em 2004, em situação de pobreza, somando quase 3,5 mi de pobres no estado, ou seja 60,2% de sua população naquele ano (IBGE, 2006b).

Esses números foram agravados, em especial, pelo vigente sistema econômico capitalista, cujas exigências:

[...] levaram à emergência de novas profissões e especializações, para as quais não existe um sistema técnico-educacional adequado; aceleraram a mobilidade do trabalho e a flexibilização de sua estrutura ocupacional entre setores, regiões e empresas, provocando o declínio dos salários reais; ampliando o nível de concentração de renda; acentuaram o fosso entre os ganhos das várias categorias de trabalhadores, relativizando o peso do trabalho direto nas grandes unidades produtivas; aumentaram o desemprego dos trabalhadores menos qualificados esvaziando as proteções jurídicas contra, por exemplo, o uso indiscriminado de horas extras, a “modulação” da jornada de trabalho e a dispensa imotivada; reduziram o número de assalariados beneficiados por algum tipo de direito social, como assistência médica, aposentadoria por tempo de serviço e seguro-desemprego etc. (FARIA, 1999, p. 229)

A “reestruturação produtiva”, descrita no trecho acima, seria o processo pelo qual vêm passando as economias capitalistas (atualmente, mais acentuado nos países de periferia do que nos de centro), “em resposta ao esgotamento do modelo fordista de desenvolvimento, em um contexto marcado pela crescente internacionalização do capital e pela intensificação da concorrência em âmbitos nacional e mundial” (LIMA, 2000, p. 9). Explica-se.

3.1 A reestruturação produtiva e a educação

Até antes da segunda grande guerra, o capitalismo nos grandes centros se caracterizava por um padrão de trabalho denominado “taylorista-fordista”, já que nos países mais pobres ainda se tinha uma industrialização bastante incipiente. Tal padrão, do pondo de

vista organizacional, se caracterizava, segundo Lima (2000), por: a) a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual; b) extrema parcialização das tarefas e na conseqüente desqualificação e eliminação de qualquer autonomia dos trabalhadores; c) a introdução de maquinário na cadeia de produção, o que propiciava a fixação de operários a postos de trabalho rigidamente definidos; e, d) pela mercantilização da relação de trabalho, o “assalariado”. Acrescenta-se, que tudo isso não exigia tanta qualificação, criatividade, autonomia e iniciativa do trabalhador, porquanto ele se especializava em uma etapa da produção, estando totalmente alienado do seu restante, prescindia-se de que ele ajudasse a pensar o próprio processo².

Nesta esteira, o Fordismo gerou a demanda por um tipo especial de trabalhador, no qual predominasse a disponibilidade para mobilizar energias físicas em detrimento das intelectuais e criativas, enfim, que pudesse reproduzir o que lhe fosse determinado – pelos “intelectuais” – sem questionar. Domesticou-se o trabalhador. Tal tarefa coube especialmente à escola (de base e superior). Com fulcro nas idéias de Gramsci, Kuenzer (2002, p. 79) destaca que:

[...] O novo tipo de trabalho exigia uma nova concepção de mundo que fornecesse ao trabalhador uma justificativa para a sua crescente alienação e, ao mesmo tempo, suprisse as necessidades do capital com um homem cujos comportamentos e atitudes respondessem às suas demandas de valorização. [...]

Se o fundamento deste novo tipo de trabalho é a fragmentação, posto que, da manufatura à fábrica moderna, a divisão capitalista faz com que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo caibam a indivíduos distintos (MARX & ENGELS, s.d.) tanto as relações sociais e produtivas como a escola educam o trabalhador para esta divisão.

De outra sorte, após a crise do modelo fordista-taylorista, diante da intensa revolução tecnológica da segunda metade do século XX, o capitalismo passou por algumas importantes transformações³, principalmente a partir da década de 1980. Passa a vigor, de um modo geral, o modelo denominado de “toyotismo” (ver nota nº 11). Impulsionado pela ideologia Neoliberal a qual apregoava que a crise que se instalou no Fordismo era conseqüência direta do excessivo poder alcançado pelos sindicatos e pelas políticas intervencionistas/protecionistas do Estado de Bem-estar Social. Assim, o Toyotismo propõe

² Tais características foram memoravelmente retratadas no clássico de Chaplin “Tempos Modernos”.

³ “Como sublinha ANTUNES *et. al* (2002), a partir da década de oitenta o modelo taylorista/fordista já não se apresentava enquanto modelo de produção hegemônico nos países de capitalismo avançado. [...] O modelo japonês por ser portador de um modo de extração de ganhos de produtividade que correspondeu, de forma mais fiel ao atual estágio alcançado pelo capitalismo, ou seja, o toyotismo por assentar-se em novos métodos de organização do trabalho distintos dos padrões fordistas, ao se apresentarem mais flexíveis e moduláveis, foi aquele que demonstrou maior tendência à universalização.

uma “reestruturação produtiva” a qual, aliada a uma política macroeconômica (globalização), é apresentada como capaz de retomar o ritmo de crescimento dos lucros.

[...] as propostas de reestruturação produtiva fundamentados nessa linha de interpretação da crise têm-se centrado em medidas de redução de custos e de busca da “flexibilidade externa”, da relação salarial. Tais medidas compreendem: redução temporária ou permanente dos salários diretos, dos adicionais sobre os salários e dos benefícios sociais; a flexibilização da jornada de trabalho; formas atípicas de contratação à exemplo dos trabalhos temporários, em tempo parcial ou à domicílio; a realocação de plantas para regiões pouco ou não sindicalizadas; e terceirização. (LIMA, 2000, p. 13)

Desta forma, diminui-se a quantidade de trabalhadores passando-se a produzir mais com menos. Tal fato, sem sombras de dúvidas, também passou a exigir dos trabalhadores novas competências, as quais antes – no Fordismo – não eram incentivadas. Assim,

[...] a emergência de nova forma de organização do trabalho apontou para a constituição de um novo trabalhador – de caráter polivalente - , ou melhor, a adoção de novos paradigmas além de promoverem o desemprego tecnológico, requereu a alteração do perfil de qualificação profissional [...]

A exigência por um novo tipo de qualificação pelos setores chaves da produção se deu, à medida que a empresa pós-fordista [toyotista], altamente competitiva e flexível, necessitou desenvolver a iniciativa, a cognição, a capacidade de raciocínio lógico e a criatividade do trabalhador para possibilitar resposta imediata no manejo das novas tecnologias. (SALES, 2000, p. 55-56)

Ao mesmo tempo, aqueles que não puderam se adaptar às novas exigências do mercado – seja porque já se encontravam velhos, seja porque não tinham condições econômicas, seja ainda porque o sistema educacional não estava preparado para responder de pronto às necessidades de (re)qualificação do trabalhador – passaram a compor uma imensa massa de trabalhadores desempregados ou sub-empregados. Como ressalta o resumo da sociedade neoliberal globalizada feito por José Eduardo Faria (1999, p. 281):

Competitividade, produtividade e integração, no plano econômico, fragmentação, exclusão e marginalidade, no plano social. De um lado a diferenciação funcional da sociedade em subsistemas auto-organizados e auto-regulados, que se coordenam horizontalmente entre si por meio de diferentes redes de interação e conexão, rompendo as estruturas hierárquicas do Estado moderno, levando a transformações institucionais profundas (como a despolitização e autonomia dos sistemas produtivos e financeiros) e provocando o esvaziamento dos controles democráticos sobre o jogo da acumulação (cujas conseqüências são bastantes complexas em face suas múltiplas dimensões não estritamente econômicas). **De outro, um crescente desemprego estrutural acompanhado da degradação das condições de vida daqueles que foram expulsos do mercado formal de trabalho, frente aos quais as novas instâncias de poder tem revelado discutível interesse ou escassa capacidade de resposta** (grifo nosso).

Destarte, a educação, assim como no Fordismo, passou a exercer papel importantíssimo na preparação do *novel* trabalhador exigido pela reestruturação produtiva⁴. Substituiu-se a idéia de “pleno emprego” vigente no superado “*well faire state*” pela de “empregabilidade”, segundo a qual o trabalhador (independente do Estado) passa a ser o responsável direto por seu (in)sucesso no competitivo mercado de trabalho, onde só os melhores podem alcançar um bom emprego. Passa-se a supervalorizar idéias como o individualismo e a competição em detrimento da organização coletiva própria dos sindicatos, cooperativas, associações, enfim, do “capital social”.

Nessa perspectiva, o indivíduo é um consumidor de conhecimentos que o habilitam a uma competição produtiva e eficiente no mercado de trabalho. A possibilidade de obter uma inserção efetiva no mercado depende da capacidade do indivíduo em consumir aqueles conhecimentos que lhe garantam essa inserção. Assim, o conceito de empregabilidade se afasta do direito à educação: na sua condição de consumidor o indivíduo deve ter a liberdade de escolher as opções que melhor o capacitem a competir. (GENTILI, 2002, p. 55)

Ocorre que:

um incremento no capital humano individual aumenta as condições de empregabilidade do indivíduo, *o que não significa, necessariamente, que, por aumentar suas condições de empregabilidade, todo indivíduo terá seu lugar garantido no mercado...* Simplesmente, porque no mercado não há lugar para todos. “Empregabilidade” não significa, então, para o discurso dominante, garantia de integração, senão melhores condições de competição de sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis: alguns sobreviverão, outros não. (GENTILI, 2002, p. 54, destaque nosso)

Neste contexto, o Brasil, se considerar-se o seu estágio de desenvolvimento nas últimas décadas do século XX, viu-se pressionado, assim como os demais países de periferia, a se adaptar às novas determinações vindas das economias centrais. Neste sentido, expõe Celso João Ferretti (2002, p. 103):

[...] como não poderia deixar de ser, no início dos anos de 1990, os educadores brasileiros perceberam que era imprescindível se pronunciarem sobre as mudanças em curso, pois elas provocaram o debate em grande parte da sociedade sobre as questões que eram já discutidas por eles no espaço restrito de suas atividades profissionais. [...] uma parcela modesta desses educadores começou a se pronunciar ativamente a favor do ideário que proclamava a falência do ensino público e a

⁴ “Mudadas as bases materiais de produção, é preciso capacitar o trabalhador novo, para que atenda às demandas de um processo produtivo cada vez mais esvaziado, no qual a lógica da polarização das competências coloca de forma muito mais dramática do que a ocorrida no taylorismo/fordismo. É preciso que o trabalhador se submeta ao capital, compreendendo sua própria alienação, como resultante de sua prática pessoal “inadequada”, para o que contribuem os processos de persuasão e coerção constitutivos da hegemonia capitalista”. (KUENZER, 2002, p. 80)

necessidade de reformá-lo para atender às novas demandas da economia. Em decorrência, articularam-se com empresários, com o Ministério da Educação, com o Ministério do Trabalho e com consultores de organismos multilaterais para discutir, com base em informações privilegiadas, e em grupos restritos, as mudanças a serem produzidas na educação brasileira, as quais implicavam revisão de monta no papel do Estado como responsável pela área de educação.

Ocorre que, se nos países de centro a reestruturação produtiva gerou todo um processo de desestruturação – com a eliminação de direitos sociais, o desmonte da seguridade, desregulamentação e arrocho salarial – com mais força os efeitos negativos do Pós-fordismo (Toyotismo) se impuseram às economias de periferia como o Brasil⁵. Isso resultou em altos índices de desemprego estrutural, sub-empregos, que se materializam em profundas desigualdades e exclusão social – sobejamente relatadas no início deste capítulo. Ou seja, as iniciativas de se reestruturar a educação brasileira para suprir as necessidades do novo modelo econômico não se mostraram muito frutíferas.

Diante do exposto, percebe-se claramente a imbricada relação entre trabalho e educação, na medida em que esta dá o suporte necessário a que os trabalhadores possam se adaptar ao *modus* produtivo vigente. Muda-se o modelo econômico, mudam-se os objetivos da educação. “A educação passou, pois, a ser concebida [no atual estágio do capitalismo, em especial] como dotada de um valor econômico próprio e considerada um bem de produção (capital) e não apenas de consumo” (SAVIANI, 2002, p. 22).

Neste sentido, algumas universidades foram provocadas pelo movimento sindical a voltar suas políticas, principalmente de pesquisa e extensão, para a realidade social onde estavam inseridas. Isso porque a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista na lei n 5540 e reforçada pela Constituição de 1988, deveria refletir um conceito de qualidade do trabalho acadêmico voltado para atender aos anseios da sociedade. Ainda hoje, é preciso que “se favoreça a *aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes o significado social do trabalho acadêmico*” (ANDES *apud* MAGNANI, 2002, p. 89).

É este cotejo histórico e a preocupação com os efeitos devastadores da “reestruturação produtiva” que impulsionaram a criação da Rede UNITRABALHO.

⁵ No setor público, a “reestruturação” também se fez presente. No Brasil as modificações trazidas pela Emenda Constitucional nº 20 foram o reflexo mais direto das reformas pelas quais passou o Estado brasileiro, pressionado pelas novas exigências do mercado. Esse processo ensejou, como conseqüências, para os trabalhadores do setor público, “alterações na sua subjetividade e o surgimento de uma insegurança semelhante àquela enfrentada pelos trabalhadores do setor privado. A quebra da estabilidade e a possibilidade de demissões, por exemplo, geram grande insegurança dos trabalhadores. [...] A possibilidade de ser colocado em disponibilidade, com redução salarial, transforma-se em uma preocupação para trabalhadores que dependem do salário para a sua sobrevivência [...]” (COSTA, 2007, p. 49).

3.2 Extensão universitária

A UNITRABALHO, conforme já caracterizamos no capítulo introdutório, é uma experiência de *extensão universitária*⁶, com uma configuração própria relacionada ao Mundo do Trabalho.

Neste diapasão, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras tem-se posicionado à frente das discussões que direcionam a política extensionista para projetos que considerem o compromisso social. “A universidade e, em especial, as pró-reitorias de extensão devem induzir programas e projetos que visem enfrentar os problemas específicos produzidos pela situação de exclusão” (NOGUEIRA, 2000, p. 63).

Marilena Chauí, durante a conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, identificou a democracia como um marco da universidade moderna:

A partir das revoluções sociais do Século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, no decorrer do Século XX a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como uma idéia reguladora. (CHAUÍ, 2003)

Tais posicionamentos revelam a necessidade de aprofundar-se a discussão acerca do papel da extensão – enquanto projeto social e da Universidade frente à sociedade. Pois essa nova concepção de Universidade e, conseqüentemente, de extensão, emerge na contracorrente da concepção dominante. (ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL, 2000, p.85)

Pois hoje, as Universidades devem preparar os cidadãos para realizarem, com competência, um papel profissional dentro da comunidade e, através de seu desempenho, buscar influenciá-la para seu desenvolvimento sustentável e responsável. Assim, as Universidades poderão determinar seu lugar de relevância no futuro da sociedade. Para alcançar tal objetivo é imprescindível que essas instituições oportunizem o estreitamento entre suas ações e a sua função social que delas se espera, tendo como algumas de suas metas a reflexão, discussão e a análise das relações entre a escola e o mundo do trabalho e suas transformações diante do novo contexto mundial.

⁶ Na medida em que “a extensão é [ou deve ser] a função de comunicação da universidade com seu meio, possibilitando sua retroalimentação face a problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e revisão de suas funções próprias-ensino e pesquisa” (ROCHA, [s.d])

Diante disso, a extensão universitária vem despontando como mecanismo, de extrema importância, que procura atender a demanda deste mundo mais receptivo e sensibilizado socialmente, por ser a ponte de ligação entre o caráter formal (ou seja, o Ensino e a Pesquisa) ao outro lado, à prática dele na comunidade.

Para uma melhor compreensão sobre a extensão universitária, vale uma reflexão histórica e conceitual da mesma.

3.2.1 Extensão universitária: definição e historicidade

A extensão universitária tem assumido, ao longo da história, diversos significados, os quais a definem como: a) *curso*; b) *prestação de serviço*; c) *complemento*; d) “remédio”; e) *instrumento político-social*. A nosso sentir, considerando a Teoria Freireana da aprendizagem⁷, a Extensão Universitária define-se como:

um canal de interlocução entre a Sociedade e a Universidade, que pode transformar não só o Ensino como também a própria sociedade, através de uma prática ligada à realidade e comprometida com a resolução dos problemas sociais. Por trazer as demandas da população e os desafios colocados para o desenvolvimento do país para o centro da Pesquisa e desta para a sociedade, promovendo uma troca de saberes e a ampliação de conhecimentos entre a Comunidade e Universidade, além de promover interdisciplinaridade, pois à medida que os problemas sociais não obedecem a compartimentalização do saber em disciplinas estanques, a busca para tais soluções requer o envolvimento de diferentes áreas do saber, ampliando, assim, o capital cultural universitário e da população. (FREIRE *apud* ROCHA, [s.d]).

Outrossim, para a construção da historicidade da Extensão Universitária brasileira, leva-se em consideração especialmente o estudo do Prof. Dr. Roberto Mauro Gurgel Rocha, intitulado “Institucionalização da Extensão Universitária”, o qual trata a análise da história da extensão universitária com base no seu reconhecimento como *função* ou *processo*, que deveria fazer parte da operacionalidade das Instituições de Ensino Superior- IES.

Segundo o referido autor, a trajetória histórica da Extensão pode ser dividida em dois momentos: antes e depois da sua institucionalização, quando o Ministério da Educação – MEC passou a reconhecê-la como componente próprio e permanente da Educação Superior. (ROCHA, [s.d])

⁷ “O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga nada saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE *apud* ROCHA, [s.d.]).

Com efeito, a primeira experiência extensionista brasileira foi em 1911, quando surgiu a Universidade Livre de São Paulo, a Universidade Popular promovendo “Lições Públicas”, através de 107 Cursos de Graduação e conferências que versavam sobre os mais diferentes temas. O experimento tinha como objetivo, estender os seus conhecimentos aos segmentos de trabalhadores, operários especialmente, tendo como suporte os ideais positivistas então predominantes no país (BEMVENUTI, 2002)⁸. Mesmo procurando proceder uma aproximação com a classe trabalhadora, a Universidade Popular não refletia uma posição intelectual que atendesse aos interesses da classe operária, o que contribuiu para o seu declínio por volta do ano de 1918.

Nos anos seguintes, a extensão tem sua trajetória marcada por momentos marcantes, tais como a criação de experiências de extensão rural através da Faculdade de Agronomia de Lavras e Viçosa, em Minas Gerais; a USP definiu a extensão como o lugar para a realização da obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes por meio de conferências, palestras, rádio, filmes etc. (1934); a Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira, concebeu a extensão como espaço de promoção de cursos para trabalhadores (1935); a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE em 1937, que nesse mesmo ano, lançou um Manifesto, onde se incorporou ao ideário do “Movimento de Córdoba”⁹, ressaltando a importância da extensão universitária.

Igualmente, é relevante citar-se que os primeiros registros oficiais sobre a Extensão Universitária apareceram no Estatuto da Universidade Brasileira/Decreto Lei 19.851 de 1931 que concebeu a extensão associada à idéia de **elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária**.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 4.024, de 1961), há uma breve referência à extensão universitária, em seu artigo 69, concebendo-a simplesmente em forma de cursos de extensão ou qualquer outro que a instituição determinasse como curso aberto a candidatos externos, evidenciando seu foco na transmissão de conhecimento e assistência. (BEMVENUTI, 2002)¹⁰.

⁸ No mesmo sentido do texto: FARIA, 1999; ROCHA, [s.d]).

⁹ Movimento ocorrido em Córdoba – Argentina, em 1918, quando os estudantes universitários passam a lutar por uma universidade moderna, onde além ensino, fossem igualmente contempladas a investigação e a extensão. Adotando, desde então, a extensão brasileira como parte de uma Reforma Universitária, a UNE passou a liderar e implementar iniciativas onde se destacam, nos anos 40: a) A criação das universidades populares; b) Os movimentos de apoio aos aliados da Segunda Guerra Mundial; e já nos anos 50 e 60 Lança Cartas onde destacava a importância da extensão, criando o Centro Popular de Cultura – CPC, como o objetivo de promover articulação entre a universidade e o povo através do teatro, cinema, etc.

¹⁰ De igual modo: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2007.

Para adentrar-se na abordagem do período de Institucionalização da Extensão Universitária, é necessário frisar ainda que no Brasil, por volta de meados do século XX (anos 50 e início da década de 60), o movimento estudantil assumiu um caráter de ator social privilegiado, por lutar pelos interesses das camadas populares e trabalhadores em geral, o que levou a classe universitária a se julgar, por muitas vezes, porta voz credenciada destas categorias do povo. Além disso, por influência do pós-guerra, tinha-se como pano de fundo a reconstrução do mundo em novas bases, onde: 1) criavam-se Comissões Regionais da Organização das Nações Unidas, onde se destacava a Comissão de Planejamento para a América Latina – CEPAL; 2) A euforia do desenvolvimento e desenvolvimentismo animava a população brasileira, criando-se órgãos regionais, onde destacava-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; a Igreja Católica definia melhor sua opção pelos pobres e no Brasil com a liderança de Dom Helder Câmara, traçava-se os primeiros passos para o delineamento do que seria posteriormente a Teologia da Libertação; 3) Paulo Freire lançava sua proposta de uma Educação Libertadora, discutindo e operacionalizando um método novo, onde educação era vista como prática da liberdade; 4) criação da Universidade de Brasília – UNB, com uma concepção de modernidade crítica e a serviço das necessidades do país, tendo como mentores principais Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. (ROCHA, [s.d]).

A criação do Projeto Rondon – em 1968 -, e a disseminação em todo o país dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTACs, dos Campi Avançados, etc, levaram o Ministério do Interior e o Ministério da Educação a criar a Comissão MEC-MINTER, que aproveitando o Projeto de Integração das Universidades com as Comunidades dos Planos Setoriais da Educação, forneceu as bases para a criação da Coordenação de Atividades da Extensão – CODAE¹¹, no Departamento de Assuntos Universitários - DAU do MEC. (BEMVENUTI, 2002)

Pode-se afirmar que o CODAE foi sem sombra de dúvidas a principal iniciativa para o processo da institucionalização da extensão universitária, a qual passa a ser vista como componente funcional de educação superior nas universidades, como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade pela Reforma Universitária de 1968, através da Lei 5.540/68. Desde então, a questão da Extensão Universitária, antes bandeira de luta do movimento estudantil passou a ser parte de uma Política de Governo, que, mesmo com uma

¹¹ Com a função inicial de apoiar Projetos de caráter nacional do Plano Setorial da Educação nos diferentes estados brasileiros, ampliou gradativamente seu espaço de atuação. Através das suas ações criou-se o primeiro Plano de Trabalho da Extensão Universitária (que serviu como base para criação futura do FORPROEX) de caráter nacional, onde além de aproveitamento do existente, procurou-se estimular a iniciativa das instituições de educação superior, visando o surgimento de projetos locais. (ROCHA, [s.d])

política considerada, em geral, conservadora, possibilitou espaço de ação aos docentes que lutaram por uma universidade mais próxima dos interesses das camadas populares, dentro de uma política educacional avançada e crítica (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2002). Dentre as iniciativas do CODAE, vale mencionar a elaboração do primeiro plano Nacional de Extensão Universitária em 1972, semente da organização de um sistema nacional extensionista.

A partir de 1987, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que expressa o novo conceito de Extensão Universitária¹², iniciados pelos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, vindo a constituir-se, segundo Madeira (1987, p.216), em uma espécie de mecanismo de criação de um espaço próprio de participação política para o seguimento da administração das IES, preservando sua especificidade de Fórum, sem perder o espaço do debate dos problemas relacionados às áreas de competência das Pró-Reitorias e de se tornar portador de encaminhamentos e pressões. (RODRIGUES, 2003; FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001)

Entendeu-se naquele momento que, a institucionalização da extensão aconteceria somente via a instalação de órgãos nas IES, capazes de gerir os assuntos da extensão, se posicionando de modo igual aos níveis de ensino e da pesquisa. Sendo que a operacionalização das atividades de extensão se efetivaria através dos departamentos, com pontuação para a progressão dos docentes. Sendo exigida, no nível externo, a criação de um órgão específico no MEC, com uma representação formal no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB (RODRIGUES, 2003).

Finalmente, em 1998, o FORPROEX formulou o Plano Nacional de Extensão – o qual teve como ponto de partida o Programa de Universidade Cidadã finalizado em 1997 – aprovado na reunião anual de 1998, em Natal – RN, e lançado nacionalmente, em brochura, no Ministério da Educação, Brasília, em dezembro de 1999. Normatizando assim, bases conceituais e políticas de uma Extensão voltada para o atendimento daqueles primeiros e mais fundamentais compromissos da universidade brasileira. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001)

¹² “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico...”

Fica assim evidente que a história da extensão universitária no Brasil está marcada por definições diferenciadas, em função de tempos históricos distintos, influenciando diversas legislações que a afetaram por políticas e planos educacionais¹³. Esse processo direcionou avanços conceituais sobre extensão universitária, dentro e fora das universidades, pelo que, ao longo do tempo, se definiu a identidade dessas ações, as políticas, as metodologias, e principalmente, as reflexões necessárias à tomada de consciência sobre as ações que se realizavam com, e na comunidade (BEMVENUTI, 2002)

O momento presente insere componentes novos para o extensionismo que precisam ser identificados, levando-se em conta que o mundo globalizado, da informática e da informação exige uma nova postura da educação superior. Uma postura que tenha como desafio pensar o “*que fazer*” da universidade, com base no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, dentro de uma concepção dialética dessa trindade funcional. O que acontece ainda na realidade de hoje, no cotidiano universitário, é uma perspectiva que tem um resultado numa aproximação mecânica das três dimensões acadêmicas que ocorrem sem articulação de forma autônoma e, na maioria das vezes, desconexas. Por isso, saltaram aos olhos dos pesquisadores as ações da UNITRABALHO/UFMA, as quais se apresentam como um modelo institucionalizado de extensão universitária, que merece especial atenção, a fim de que possa servir de exemplo positivo a outras iniciativas extensionistas.

¹³ Durhan, (*apud* BEMVENUTI, 2002) aponta, pelo menos, três vertentes de pensamento que influenciaram os rumos da extensão universitária no Brasil, quais sejam: *a tradição latino-americana* – envolvimento institucional menor e marcada pelo ativismo estudantil. Dois momentos importantes no Brasil podem ser lembrados como representantes dessa tradição: a abolição da escravatura, com o envolvimento maciço dos estudantes de direito e os movimentos da década de 60 com caráter vanguardista; *a tradição americana* – universidade de serviços para atender e capacitar a população em suas necessidades; *a parceria* – extensão de serviços, com compartilhamento de recursos, em especial do conhecimento mais especializado e dirigido ao setor produtivo.

4 METODOLOGIA

Adotou-se como base conceitual as seguintes definições: *metodologia* como uma forma de pensar sobre a realidade social e de estudá-la e *métodos* como um conjunto de procedimentos e técnicas para coletar e analisar dados (STRAUSS; CORBIN, 2008, p.17).

A análise das questões colocadas pela investigação levou-se a buscar uma metodologia mais adequada ao desenvolvimento da pesquisa, ou seja, uma forma viável de comunicar os procedimentos e os resultados obtidos, da melhor maneira possível, sem dilapidar o fenômeno estudado. Araújo (2001, p.5) previne que:

[...] Essa escolha deve estar coerente com os objetivos da pesquisa, com o contexto de seu desenvolvimento, com a postura como pesquisador, enfim, com a pesquisa como um todo. Deve haver, acredito, uma harmonia, um inter-relacionamento entre a opção metodológica e o todo da pesquisa.

Optou-se por fazer um **estudo descritivo**¹⁴, por entender-se que melhor se adéqua às necessidades da pesquisa em questão, isso porque:

Nesse tipo de estudo não são mudadas informações ou práticas existentes na realidade, os dados são coletados sem alterações para que sejam organizados e analisados, obtendo-se a confirmação ou não das hipóteses levantadas. É um dos tipos de pesquisa mais utilizado nas Ciências Sociais (KÖCHE,1997).

De outro modo, entende-se também que os objetivos deste estudo levam à **Pesquisa Qualitativa**¹⁵, como descrita por Bogdan e Biklen (1994, p. 47), por envolver a obtenção de dados descritivos, colhidos no contato direto do investigador com a situação estudada, preocupado mais com o processo do que com o produto e procurando retratar a perspectiva dos participantes. Isto significa que, como investigadores qualitativos, estuda-se a realidade em seu contexto natural, tal como sucede, procurando dar sentido aos fenômenos ou interpretá-los de acordo com os significados que possuem para as pessoas implicadas nesse contexto¹⁶.

¹⁴ Gil (2007, p. 42) enfatiza que a pesquisa descritiva tem a função primordial de descrever "as características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento entre variáveis". Tendo como características mais significativas a "utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e a observação sistemática".

¹⁵ Oliveira (2007, p.37) cita que a pesquisa qualitativa é um processo de reflexão e análise da realidade, com auxílio de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico. E que esse processo implica em "estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva.

¹⁶ A utilização de métodos qualitativos de pesquisa está em pleno crescimento. Como afirma Godoy (1995, p. 21) "[...] hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em

Entre as várias formas que uma pesquisa qualitativa pode assumir, optou-se pela abordagem **estudo de caso**, devido ao seu potencial para estudar as questões relacionadas às instituições educacionais (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Segundo Isaac (*apud* ANDRÉ, 2005, p14), o estudo de caso surge no contexto educacional, “mas com um sentido muito estrito: estudo descritivo de uma unidade seja ela uma escola, um professor, um grupo de alunos, uma sala de aula [...]”. Ele traz como vantagem a capacidade de retratar situações da vida real, sem prejuízo de sua complexidade e de sua dinâmica natural. Também são valorizados pela sua capacidade heurística, isto é, por elucidar o fenômeno estudado, de modo que o leitor possa descobrir novos sentidos, expandir suas experiências ou confirmar o que já sabia (ANDRÉ, 2005).¹⁷

De outro modo, conforme descrevem Rodríguez, Gil e García (1999), a única exigência é que o estudo de caso possua algum **limite físico** ou **social** que lhe confira autenticidade. Na organização educativa, pode se centrar em um aluno, um professor, uma classe, uma instituição, um projeto curricular, uma prática de um professor, uma determinada política educativa, um tema em específico, um contexto em particular, entre outros.

Assim, neste diapasão, considerando que a UNITRABALHO/UFMA é uma realidade institucional única, ou seja, físico-socialmente limitada, e que não possui ainda nenhum estudo específico sobre sua forma de atuação no Ensino Superior, optou-se por realizar um estudo de caso descritivo, o qual poderá servir de base para pesquisas mais aprofundadas, futuramente.

4.1 Características do objeto de estudo

Segundo o Regimento do Núcleo UNITRABALHO/UFMA e conforme já se assinalou anteriormente, o mesmo surgiu de convênio firmado entre a UFMA e a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO, via Fundação UNITRABALHO, pelo qual a UFMA se comprometeu a incentivar o desenvolvimento de pesquisas e outras ações em cooperação com a Rede.

diversos ambientes”. Com isso se percebe uma forte tendência por uma maior utilização dos métodos qualitativos de pesquisa, sobretudo no campo das ciências humanas.

¹⁷ Apesar das vantagens aqui expostas do estudo de caso, pesam contra ele, principalmente, os seguintes argumentos: falta de rigor; influência do investigador – falsas evidências, visões enviesadas; fornece pouquíssima base para generalizações; são muito extensos e demandam muito tempo para serem concluídos (YIN, 1989).

4.2 Seleção da amostra

A seleção dos atores sociais a serem entrevistados se deu de acordo com o critério não-probabilístico classificado como “Amostra Intencional”. Pois para Oliveira (2007), com base em suas citações, um critério de amostra não-probabilística classificada como *amostra intencional*, é aquele onde o pesquisador determina a quantidade de pessoas aptas a participarem da pesquisa, iniciando o questionamento de forma assistemática e na medida que as pessoas vão dando respostas, toma-se a decisão de quantas pessoas farão parte da pesquisa. Justifica-se tal procedimento, uma vez que a presente pesquisa possui características que se enquadram perfeitamente nessa opção de amostragem.

Ressalta-se que, em relação à amostra, na investigação qualitativa, o investigador busca a riqueza do conteúdo, assim prefere usar a intenção para selecionar os sujeitos que irão fazer parte do estudo. O critério de seleção da amostra representativa na investigação qualitativa passa, segundo Ruiz Olabuénaga e Ispizua (1989), a ocupar um segundo lugar e o ocupa, na maioria dos casos, num trabalho de menor importância.

Portanto, considerando os objetivos propostos, para compor o universo da pesquisa, escolheu-se “intencionalmente” os atores sociais que se relacionam mais diretamente com a UNITRABALHO/UFMA, são eles: a) a coordenadora da UNITRABALHO/UFMA, por ser atualmente a principal incentivadora e encabeçadora das ações desenvolvidas pela instituição; b) o Pró-Reitor de Extensão da UFMA, que é o órgão onde a UNITRABALHO/UFMA está vinculado institucionalmente; c) o Profº. Roberto Mauro Gurgel, um dos fundadores da UNITRABALHO/UFMA, em meados de 1994, na qualidade de responsável pelas ações de extensão universitária da UFMA à época; d) Alunos estagiários ligados à UNITRABALHO/UFMA; e) Representantes de outras instituições parceiras da UNITRABALHO/UFMA.

4.3 Instrumentos e procedimentos metodológicos

Vale ressaltar que os desenhos qualitativos têm um caráter emergente e se constroem à medida que se avança no processo de investigação. Por isso, fica difícil determinar quais os métodos de investigação qualitativa que serão utilizados na investigação e estabelecer uma tipologia dos mesmos. No entanto, traz-se aqui um resumo dos métodos utilizados no estudo em questão.

4.3.1 Instrumentos

O processo de pesquisa requer a utilização de instrumentos para a coleta de dados. Dentre os instrumentos disponíveis, destacam-se as entrevistas, a aplicação de questionários, a observação e a análise documental (TRIVIÑOS, 1992).

Segundo Yin (*apud* GIL, 2007, p.141) com relação à coleta de dados o método de “estudo de caso” pode ser considerado o mais completo dentre todos os outros, pois, este se vale tanto de dados de pessoas quanto de dados documentais. E que essa pluralidade nas fontes de evidências constitui, portanto, o principal recurso de que se vale o estudo de caso para conferir significância a seus resultados.

Destarte, fez-se uso dos seguintes instrumentos de coleta de dados:

- Pesquisa Documental¹⁸: a) Regimento Interno da UNITRABALHO/UFMA; b) O Relatório e o seminário de avaliação da Política de Qualificação Profissional no Maranhão: O PlanTeQ/MA; Proposta do Projeto Brasil, Meu negócio é o Turismo – Curso de capacitação de agentes de desenvolvimento social no estado do Maranhão, apresentado pela UNITRABALHO/UFMA à Fundação Banco do Brasil; c) Projeto de Pesquisa do Mapeamento de empreendimentos econômico solidários e de entidades de apoio à economia solidária no Estado do Maranhão, desenvolvido pela UNITRABALHO/UFMA em 2006; d) Projeto de Desenvolvimento Institucional de implementação do “Observatório do Trabalho/UFMA”, a ser desenvolvido pela UNITRABALHO/UFMA num futuro próximo; e) o Plano Nacional de Extensão Universitária;
- Observação direta¹⁹: foram realizadas visitas de campo diretamente na sede da UNITRABALHO/UFMA, na Pró-reitoria de Extensão da UFMA, na Delegacia Regional do Trabalho. Elas resultaram em relatórios que acompanham em anexo o presente trabalho.

¹⁸ Considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, *apud* BARBOSA, 2001, p. 90). A documentação, pela sua própria característica, é uma importante fonte de dados e nela as informações podem tomar diversas formas e o uso deve ser planejado para que sirva para corroborar e aumentar as evidências vindas de outras fontes. Eles nos ajudam a estabelecer com clareza os títulos e os nomes das organizações mencionadas e inferências podem ser feitas a partir da análise da qualidade dos registros e dos documentos [...] (YIN, 1989, p. 86).

¹⁹ Este é um instrumento de pesquisa utilizada para coleta de dados subjetivos, sendo considerada uma das melhores técnicas para entender o comportamento humano. Nela o investigador tem que imergir como sujeito na pesquisa. Pois ao visitar o local de estudo, um observador preparado pode fazer observações e coletar evidências sobre o caso em estudo. "Estas evidências geralmente são úteis para prover informações adicionais sobre o tópico em estudo" (YIN, 1989, p.91).

- Entrevista Semi-estruturada²⁰: os roteiros das entrevistas com os atores sociais selecionados na amostra seguem em anexo ao presente trabalho, bem como a transcrição completa do momento de aplicação dos questionários, previamente, elaborados.

4.3.2 Procedimentos

Sem dúvida, o passo inicial para se realizar uma pesquisa de campo para a coleta de dados, é o planejamento minucioso de cada etapa que compõe tal processo, com o objetivo de sistematizar o processo de coleta de dados da pesquisa e, assim, garantir a confiabilidade dos resultados obtidos (Anexo A).

De posse do planejamento, partiu-se para a coleta de dados propriamente dita.

Inicialmente foram feitos contatos informais com pessoas ligadas à UNITRABALHO/UFMA, as quais forneceram informações que possibilitaram uma reestruturação nas idéias pertinentes ao estudo, além de proporcionar o conhecimento prévio do ambiente a ser estudado.

Ainda quanto aos procedimentos de campo, foram definidas *a priori* diretrizes para o comportamento do pesquisador e para o tratamento e a análise dos dados, a fim de que ele pudesse lidar com as incertezas, de modo a evitar ao máximo as interferências pessoais no estudo. Essas diretrizes permitiram a adaptação do plano de coleta de dados à disponibilidade dos entrevistados e da organização já que os dados foram coletados sob condições de ambiente não-controlado (contexto de vida real).

Na primeira entrevista, com a coordenadora do Núcleo UNITRABALHO/UFMA, foi possível adquirir uma visão geral do objeto de estudo, concepção conceitual e processual de extensão universitária, escolha dos alunos e professores envolvidos nos projetos, assim como caracterizar os tipos de ações empreendidas pelo Núcleo UNITRABALHO/UFMA.

Em um segundo momento, com o Prof. Roberto Mauro Gurgel (pelo fato do mesmo ter participado do processo de estruturação da UNITRABALHO/UFMA, bem como

²⁰ Para Queiroz (1988), a entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos. Desse modo, da vida do informante só interessa aquilo que vem se inserir diretamente no domínio da pesquisa. A autora considera que, por essa razão, existe uma distinção nítida entre narrador e pesquisador, pois ambos se envolvem na situação de entrevista movidos por interesses diferentes. Por seu turno, Durhan (1986) alerta para as muitas armadilhas embutidas no processo de identificação subjetiva que se estabelece nesse tipo de coleta de dados, especial mente quando entrevistador e entrevistado compartilham um mesmo universo cultural. Nesses casos, adverte, corre-se sempre o risco de começar a explicar a realidade pelas categorias “nativas”, ou seja, de passar a olhar a realidade exclusivamente pela ótica do interlocutor.

da própria concepção da Rede UNITRABALHO), foi possível resgatar o momento histórico em que se encontrava o país, o qual propiciou o seu surgimento.

Ainda, com o Pró-Reitor de Extensão Universitária, obteve-se informações sobre o processo extensionista da UFMA e as impressões da Pró-reitoria sobre o Núcleo UNITRABALHO da UFMA.

De outra banda, com alunos estagiários da entidade pesquisada, pôde-se identificar o tipo de ações que os mesmos desenvolviam nos projetos aos quais estavam vinculados, o processo de escolha para o seu ingresso, o nível de envolvimento desses alunos para com os projetos, bem como a sua concepção sobre a importância das ações desenvolvidas pela UNITRABALHO/UFMA.

Finalmente, com representantes de instituições parceiras da UNITRABALHO/UFMA (Fórum Estadual de Economia Solidária e Central Única dos Trabalhadores), pôde-se identificar o nível de relação interinstitucional da entidade, especialmente com as questões relacionadas com o Mundo do Trabalho. Buscou-se apreender também qual o benefício social advindo da parceria com a UNITRABALHO/UFMA e quais projetos relevantes foram realizados em benefício da classe trabalhadora maranhense.

4.3.3 Procedimentos de análise dos dados

Para análise dos dados, adotou-se o método da Análise de Conteúdo. Segundo Olabuenaga e Ispizúa (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente, abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis.

A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Contudo os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. Poderá ser

enfocado em função de diferentes perspectivas. É sabido que um texto contém muitos significados, assim: o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo; o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor; um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes; um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente (OLABUENAGA; ISPIZÚA, 1989).

5 A UNITRABALHO

UNITRABALHO é a sigla indicadora da “Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho”. Ela é uma rede universitária nacional que tem por missão precípua “integrar a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e de trabalho”. Ela foi fundada em 1996 e está constituída sob a forma jurídica de uma fundação privada²¹, que tem por finalidade o apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. Atualmente, ela se faz presente em 92 (noventa e duas) instituições de ensino superior, em sua grande maioria universidades²². Criada e mantida pelas próprias IES participantes da Fundação, a UNITRABALHO deve desenvolver inúmeros projetos voltados especificamente para o mundo do trabalho, aliando o saber da academia com o saber dos trabalhadores, principalmente os organizados em sindicatos e associações.

A UNITRABALHO se considera pluralista, na medida em que, independentemente de orientação política, religiosa ou de pensamento, deve atender a todas as organizações de trabalhadores que tenham real representatividade social²³. A sua atuação, além de propiciar às IES componentes da rede a incorporação das questões afetas ao “Mundo do Trabalho” (ver nota nº7), tem em vista a qualificação das organizações participantes e a potencialização dos benefícios aos trabalhadores a elas vinculados. Deste modo, busca contribuir para a solução dos problemas sociais do país. (UFMA/UNITRABALHO, 2008)

Segundo consta do artigo 5º de seu Estatuto, a UNITRABALHO tem como objetivos precípuos, entre outros: a) congregar Instituições nacionais de Ensino Superior, públicas ou privadas, de âmbito federal, estadual ou municipal; b) promover a cooperação entre as IES congregadas visando ao desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o mundo do Trabalho, de acordo com o programa próprio da UNITRABALHO ou em atendimento às demandas das organizações sindicais e outras instituições sociais; c) promover a cooperação

²¹ As fundações, segundo dispõe o Código Civil brasileiro (Capítulo III, do Título II, do Livro I), são criadas por um instituidor, esteja em vida ou por testamento, com uma finalidade específica – que só pode ser religiosa, moral, cultural ou de assistência, portanto, sem fins lucrativos – reservando parte de seu patrimônio para tal mister.

²² Entre as Instituições de Ensino Superior (IES) estão as Universidades, os Centros de Ensino, as Faculdades, entre outras.

²³ “A Rede desenvolve parcerias com todas as organizações dos trabalhadores, desde que as mesmas tenham idoneidade moral e representatividade social de fato, não levando em consideração as diferenças político-ideológicas existentes entre elas. A UNITRABALHO respeita a autonomia de pensamento destas instituições e, com elas, desenvolve projetos que beneficiam os trabalhadores, por meio dos produtos deles resultantes.” (UNITRABALHO, 2008)

entre as IES congregadas, visando a garantir o acesso adequado e permanente pelos trabalhadores à produção científica acumulada no âmbito acadêmico; d) internalizar nas IES o estudo, a pesquisa e o debate permanente sobre a dinâmica das relações de trabalho; e) desenvolver mecanismos de divulgação e difusão da produção e experiências da UNITRABALHO; f) Promover intercâmbio de âmbito nacional e internacional com outras instituições visando a desenvolver a UNITRABALHO.

A UNITRABALHO se faz presente nas IES que a compõem por meio dos chamados Núcleos Locais. Consta do tópico de apresentação do projeto “Brasil, Meu negócio é Turismo – Curso de capacitação de agentes de desenvolvimento no estado do Maranhão (UFMA/UNITRABALHO, 2005, p. 3) que:

A rede está presente em todos os estados do Brasil e Distrito Federal, através de Núcleos Locais e Incubadoras de empreendimentos solidários, instalados nas universidades agregadas. Nesses espaços locais atuam equipes de professores, estudantes e técnicos que realizam a interlocução com o mundo do trabalho e a implementação local dos projetos nacionais da UNITRABALHO. Os núcleos se articulam em sete coordenações regionais (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul, São Paulo, Rio de Janeiro/Espírito Santo e Minas Gerais). Sua Sede Nacional está localizada em São Paulo.

A UNITRABALHO tem parcerias com entidades dos trabalhadores, ONGs e organismos de Estado, nacionais e internacionais, que tenham objetivos congêneres aos seus, com o fito de somar forças para melhor atender às demandas sociais dos trabalhadores. Com efeito, segundo informações contidas em seu sítio eletrônico na internet (www.unitrabalho.org.br), a Rede já realizou projetos financiados ou em parceria, com as seguintes instituições, entre outras: Organização Internacional do Trabalho (OIT); American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT); Força Sindical (FS); União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL Brasil); Secretarias Estaduais e Municipais do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Além disso, ela está filiada à Associação Internacional de Relações de Trabalho (AIRT) e à “Work and Labour Network” (RLDWL), instituições de renome internacional dedicadas às pesquisas sobre o “Mundo do Trabalho (UFMA/UNITRABALHO, 2008)

Após uma rápida pincelada sobre a rede UNITRABALHO nacional, passa-se a discorrer sobre o objeto (*strictu sensu*) da presente pesquisa, o Núcleo Local da

UNITRABALHO da Universidade Federal do Maranhão, doravante denominado UNITRABALHO/UFMA.

5.1 A UNITRABALHO/UFMA

A UFMA, desde o início das discussões sobre a criação da UNITRABALHO, no início da década de 1990, sempre se fez presentes nas discussões, especialmente através do professor Roberto Mauro Gurgel, o qual à época, era um dos responsáveis pelas políticas de Extensão naquela Universidade. Segundo palavras do próprio professor, hoje aposentado:

[...] Lá, em São Paulo, no Teatro da Pontifícia Universidade Católica ainda vivo Florestan Fernandes, e nesse momento foi assinado o protocolo de intenção e a universidade do Maranhão foi uma das universidades que aderiu a UNITRABALHO. Voltando, nós começamos a implementar a experiência e tentamos ver como é que a gente levava a coisa a frente, mas, confesso que as dificuldades foi muito grande. A própria questão do interesse. Não foi assim um interesse imediato, que todo mundo achasse a coisa importante e a gente fez assim contato com o curso de economia, fizemos contato com o grupo de serviço social, tínhamos um contato com o pessoal da educação, enfim. Assim aqueles que seriam mais próximo da discussão do trabalho e que a gente sentia que havia mais repercussão a nível da idéia. Tentamos também envolver alunos através do diretório central dos estudantes. Então, foi um começo, assim, digamos, muito mais organizacional do que institucional. (ANEXO G)

Após um período de ajustes sobre instalação e regulamentação de suas atividades, finalmente, em 09 de junho de 1998, a UNITRABALHO/UFMA entrou oficialmente em funcionamento. Destaca-se que desde o início (UNITRABALHO/UFMA, 2000) ela está vinculada à Pró-reitoria de Extensão (PROEX), ao que parece, apenas para efeito de critério organizacional da UFMA. Sobre a sua vinculação à PROEX, ponderou a atual coordenadora do núcleo que:

[...] Não é pelo caráter da extensão, é pela natureza. Porque a extensão é que responde na Universidade pela ligação da comunidade. Então, a gente achou que ficaria melhor estar mais lá na extensão. Por conta disso, já que a gente quer resgatar enquanto papel da universidade essa dívida social acumulada e tudo mais, dentro da universidade é o setor que mais se preocupa com ter retorno para a sociedade que a universidade faz parte.[...] (ANEXO B)

De igual modo, complementa o Pró-reitor de extensão da UFMA:

[...] todas essas ações que um projeto busca ele pode estar relacionado a ação extensionista, ele pode estar relacionado à ação de ensino e ele pode estar relacionado à ação de pesquisa. Então, o projeto pode ter todas essas ações, mas o quê que acontece, para que esse projeto seja registrado, um exemplo, ele vai

desenvolver ações de extensão e de pesquisa, então ele precisa ser registrado na Pró-reitoria de extensão e ele precisa também ser registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa, porque ele vai desenvolver ações que vão trabalhar nessas duas dimensões, tanto de extensão como de pesquisa, porque muitas das vezes as ações extensionistas geram pesquisa, como as ações de pesquisa geram ações extensionistas, estão interligados”. (ANEXO C)

Outrossim, atualmente a UNITRABALHO/UFMA está localizada no Campus Universitário da UFMA, no Bacanga, mais precisamente no Centro de Ciências Sociais (CCSO), Bloco A, 3º andar. É composta por uma equipe multidisciplinar, entre professores nas áreas de Serviço Social, Sociologia, Administração e Educação e alunos bolsistas de diversos cursos da UFMA (Serviço Social, Turismo, Economia, por exemplo). Encontra-se, hoje, sob a coordenação da Professora do Departamento de Serviço Social, Doutora em Ciências Sociais, Cândida da Costa, a qual depõe:

Ela é importante para a formação dos alunos, ajuda no setor de pesquisa, por exemplo só de 2006 pra cá nós tivemos mais de 30 bolsistas, sistematicamente engajados em projetos, então você complementa a formação do graduando. Em termo da Universidade ela é importante por tratar da questão do trabalho, porque hoje há uma disputa ideológica muito grande na sociedade e morreram todos xxxx, então hoje você pensa o trabalho para precarizar o trabalho para flexibilizar não para respeitar os direitos dos trabalhadores, não para dignificar o trabalhador. Então a gente acha que isso tem uma repercussão importante quando você demarca que há um grupo que estuda o trabalho em outra perspectiva que quer o resgate dos direitos trabalhista, que quer a ampliação desses direitos, por exemplo economia solidária”. (ANEXO B)

Pôde-se perceber, ao longo da pesquisa, que a UNITRABALHO/UFMA, até mesmo pelo nível de inserção de sua coordenação nas atividades institucionais da UNITRABALHO nacional, tem papel de destaque no que concerne ao desenvolvimento de projetos da Rede em âmbito local, regional e nacional, merecendo o respeito de muitas instituições parceiras como se exporá mais à frente.

5.2 Ações desenvolvidas pela UNITRABALHO/UFMA

A UNITRABALHO/UFMA, a exemplo das demais filiadas a rede UNITRABALHO, desenvolve projetos voltados para a pesquisa, o ensino e a extensão em temas ligados diretamente ao “Mundo do Trabalho”, principalmente nas áreas de “educação e trabalho”, “economia solidária”, “emprego e relações de trabalho” e “segurança e saúde do trabalhador” (UFMA/UNITRABALHO, 2006). Também tem atuação de destaque na qualificação profissional, principalmente em parceria com programas desenvolvidos pelo Governo Federal.

No campo da qualificação profissional, o Núcleo UNITRABALHO/UFMA desenvolveu diversos programas de formação dirigidos a trabalhadores do setor formal e informal da economia, em parceria com escolas sindicais e outras entidades representativas dos trabalhadores. O Núcleo UNITRABALHO/UFMA possui vasta experiência na área, tendo sido responsável pelo Curso Economia Solidária e Sustentável, atendendo a demanda da Central Única dos trabalhadores, em 2000. Também nessa área, o Núcleo tem sido responsável pela avaliação externa dos cursos de qualificação oferecidos com recursos do FAT, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ. (UFMA/UNITRABALHO, 2005, p. 3)

Primeiro eu acho que a UNITRABALHO, tem tido uma participação importante porque os trabalhadores buscam uma organização para dar resposta mais qualificada, uma intervenção mais qualificada dos trabalhadores. Na medida que a UNITRABALHO é uma instituição da academia vem contribuir e tem contribuído muito com os trabalhadores, com a pesquisa com a população, para que a classe trabalhadora de forma qualificada tenha uma intervenção melhor e busque não só trazer aquele sindicalismo que nós fazíamos antes (um sindicalismo só do combate, de negação), mas também um sindicalismo combativo, mais positivo. E a UNITRABALHO tem dado essa contribuição (Representante da CUT, ANEXO H).

Com efeito, é reconhecido o papel exercido pela UNITRABALHO/UFMA na qualificação e apoio aos empreendimentos (associações de trabalhadores) de economia solidária no Maranhão, o que foi relatado nas entrevistas com os representantes de algumas instituições parceiras do Núcleo. Senão, como se vê:

A UNITRABALHO faz parte do fórum de economia solidária. Integram como uma das organizações que articulam a luta pela economia solidária do Maranhão. E aí eles são demandados quando há a necessidade, por exemplo: a realização da conferência estadual de economia solidária, ele foi representado através da professora Cândida Costa; todo o panorama da economia solidária no Maranhão, a palestra da conferência que dá toda essa realidade, como é que a economia solidária esta organizada no Maranhão, foram eles que trouxeram a pesquisa apresentada que subsidiou todo o trabalho. [...]. Nós fizemos as feiras de economia solidária. Em todas as duas feiras nós fizemos momentos de palestras, de oficinas de qualificação de empreendedores, então a UNITRABALHO é chamada por nós e eles atendem e realizam atividades de formação para estarem qualificando os empreendedores. (Representante do Fórum de Economia Solidária, ANEXO F).

Em seguida, passamos a descrever sucintamente alguns projetos desenvolvidos pela UNITRABALHO/UFMA, levaremos em consideração apenas seus objetivos, a descrição sumária das atividades desenvolvidas e, em alguns deles, os resultados obtidos.

5.2.1 Avaliação externa da Política de Qualificação Profissional no Maranhão (Planteq/MA)

Sobre a Política de Qualificação Profissional (Planteq), vale ressaltar que ela compõe o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), o qual foi implantado plenamente no ano

de 2004 pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Esse Plano substituiu o antigo Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, o qual foi existiu durante dois quadrimestres (1995-1998 e 1999-2002), e não obteve êxito significativo nos seus objetivos iniciais²⁴.

O PNQ tem como fonte de financiamento os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalho – FAT. Com as políticas de incentivo à geração de trabalho e renda para a população, o novo governo que assumiu o poder em 2008, por meio do PNQ, visa uma reestruturação do antigo PLANFOR e a conseqüente ampliação e melhoria das políticas públicas de qualificação profissional. “O novo PNQ fundamenta-se em seis dimensões principais: política²⁵, ética, conceitual²⁶, institucional, pedagógica²⁷ e operacional. As quais demarcam, em seu conjunto, um novo momento da Política Pública de Qualificação no País” (MTE, 2003, p.20).

Entre o público alvo do PNQ, encontram-se: (I) trabalhadores(as) sem ocupação cadastrados(as) no Sistema SINE e/ou beneficiários(as) das demais Políticas Públicas de Trabalho e Renda; (II) trabalhadores(as) rurais; (III) pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada; (IV) trabalhadores domésticos; (V) pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; de ações afirmativas de combate à discriminação; de ações envolvendo segurança alimentar e de políticas de integração e desenvolvimento regional e local; entre outros. (MTE, 2003).

O PNQ/MTE desenvolve-se nos Estados da Federação por meio dos PLANTEQs. A UNITRABALHO foi a instituição responsável por coordenar a implementação do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das ações de qualificação social e profissional

²⁴ O PLANFOR surgiu com o propósito explícito era propiciar uma oferta de educação profissional suficiente para qualificar, a cada ano, pelo menos, 20% da População Economicamente Ativa – PEA, algo em torno de 15 milhões de pessoas com idade superior aos 16 anos. (MTE, 2003, p.18)

²⁵ “No âmbito político, torna-se central a compreensão da qualificação profissional como direito, como Política Pública, como espaço de negociação coletiva e como um elemento constitutivo de uma política de desenvolvimento sustentável”(MTE, 2003, p. 20).

²⁶ “No campo conceitual, adquire prevalência de noções como: educação integral; formas solidárias de participação social e gestão pública; empoderamento dos atores sociais (na perspectiva de sua consolidação como cidadãos plenos); qualificação social e profissional; território (como base de articulação do desenvolvimento local); efetividade social; qualidade pedagógica; reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores” (MTE, 2003, p. 20)

²⁷ “Na dimensão pedagógica, busca-se garantir: aumento da carga horária média; uniformização da nomenclatura dos cursos; articulação prioritária com a educação básica (ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos); exigência para as instituições que vierem a ser contratadas para a realização dos Planos Territoriais e Projetos Especiais, de formulação e implementação de projetos pedagógicos; garantia de investimentos na formação de gestores e formadores; constituição de laboratórios para discussão de referenciais nos campos metodológico, das Políticas Públicas de Qualificação e da certificação; investimento na sistematização de experiências e conhecimentos; desenvolvimento de sistemas de certificação e orientação profissional; apoio à realização do censo da educação profissional pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC” (MTE, 2003, p. 20-21)

do PNQ – SPMA. A UNITRABALHO/UFMA, por seu turno, tem sido a responsável pela avaliação do PLANTEQ/MA desde o ano de 2004.

Sem sombra de dúvidas, a participação da UNITRABALHO, com toda sua experiência institucional acumulada, na implementação de um sistema de avaliação que realmente traduza as dificuldades e os desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas de qualificação profissional, e pode representar uma importante conquista para organização, tendo em vista que a ratifica como organização de referência em temas relacionados ao Mundo do Trabalho.

A UNITRABALHO/UFMA, na avaliação externa do PLANTEQ/MA, além de realizar a pesquisa e organizar os dados em relatório, ainda teve a preocupação de divulgar, socializar e debater as informações consolidadas na avaliação por meio de Seminários, os quais contaram com a presença de representantes de várias instituições ligadas à questão do trabalho (DRT, Secretarias Municipais e Estaduais, Associações de Trabalhadores, etc.). Estes Seminários cumprem um importante papel no sentido de envolver os mais diversos atores sociais na melhoria das políticas de qualificação profissional. Cita-se alguns depoimentos que traduzem exatamente o que se quer transparecer:

[...] Estamos certos que iniciativas como esta, da UNITRABALHO, devem ser valorizadas, no sentido de buscarmos a fixação de nexos entre trabalho, educação e desenvolvimento.. Este ciclo virtuoso é o que dá sentido autêntico para aquilo que chamamos de desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento econômico, com geração de empregos de qualidade elevação de renda e respeito à dignidade da pessoa humana.” (Fala do Delegado Regional do Trabalho/MA no Seminário de Avaliação do PLANTEQ/MA, em 2004) (COSTA, 2004, p. 11)

Espera-se que o resultado das discussões que ora se iniciam contribuam para o repensar de inúmeras questões importantes referentes à mão-de-obra em nosso Estado. Obviamente, a grande contribuição de um evento dessa natureza não está necessariamente no fornecimento de respostas mas, com certeza, na promoção de novas reflexões acerca de temas antigos e, também, no apontamento de questões ainda não absorvidas e debatidas. [...] Com certeza, a UNITRABALHO, o Maranhão, a UFMA, as entidades aqui representadas, os que apóiam essa iniciativa e, especialmente os seus organizadores estão de parabéns pelo evento que ora se inicia [...]. (Fala do Diretor do Centro de Ciências Sociais/UFMA, durante o Seminário de Avaliação do PLANTEQ/MA, em 2004) (COSTA, 2004, p. 11)

A UNITRABALHO tem dado resposta aos trabalhadores. E claro que ela tem tido uma contribuição, sobretudo na qualificação profissional. A UNITRABALHO tem dado uma contribuição na supervisão nos cursos de qualificação profissional pelo FAT. E a UNITRABALHO tem sido essa superação de não ser importante só aí. Não há uma relação apenas com o conselho e as condições de trabalho, que ali é uma condição de como se partir a relação do trabalhador, empregador e o governo. Então nós, diante dessa situação, lá dentro do conselho investe-se num trabalho muito sério e uma construção substantiva da supervisão dessa área de colocação profissional que é financiado pelo FAT (Representante da CUT, ANEXO H).

5.2.2 Brasil Meu negócio é o Turismo: Curso de capacitação de agentes de desenvolvimento social no estado do Maranhão

O Projeto “BRASIL, MEU NEGÓCIO É TURMO” também é uma iniciativa do Governo Federal, com o intuito de incrementar o turismo nos pólos turísticos brasileiros, qualificando todos aqueles envolvidos diretamente com tal setor (entre empresários e trabalhadores). Ele está inserido dentro do Plano Nacional de Turismo (PNT), idealizado pelo Ministério do Turismo²⁸, com o intuito de assegurar o desenvolvimento do setor turístico com “sustentabilidade, qualidade, eficiência e competitividade” (UFMA/UNITRABALHO, 2005, p. 4).

A UNITRABALHO/UFMA foi a responsável por desenvolver as ações de qualificação prevista nesse Projeto no Estado do Maranhão, no segundo semestre do ano de 2005. A proposta da Instituição foi de qualificar “formadores/multiplicadores” para atuarem diretamente nas comunidades onde estavam inseridos, nos Municípios de Alcântara, Barreirinhas e São Luís. O projeto teve a participação direta da UFMA, em especial dos cursos de Hotelaria e Turismo, os quais eram os responsáveis por subsidiar a escolha dos futuros multiplicadores da metodologia do curso nas respectivas localidades.

Destarte, a UNITRABALHO/UFMA tinha dois objetivos principais no desenvolvimento do Projeto ora em comento, quais eram: 1) Selecionar formadores/multiplicadores para reaplicação do curso “Brasil, meu negócio é turismo” no estado do Maranhão; e 2) Mobilizar equipes para reaplicar essa metodologia nos municípios de São Luís, Alcântara e Barreirinhas. Neste diapasão, a UNITRABALHO fez a seleção de 30 (trinta) multiplicadores, os quais passaram pelo treinamento do curso “Brasil, meu negócio é turismo” desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho; depois, viabilizou a reaplicação da metodologia pelos multiplicadores nas referidas cidades. (UFMA/UNITRABALHO, 2005, p. 4).

²⁸ “O Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010– Uma Viagem de Inclusão, que aqui apresentamos, traz uma série de estratégias e medidas que vão representar um importante estímulo ao mercado interno. São propostas que abrem as portas do turismo nacional para que todos os brasileiros possam se beneficiar desse mercado. Seja como turista, como empregado, como prestador de serviço, seja como empresário. Seja por meio de cursos de qualificação profissional, da geração de novos empregos, da incorporação das camadas de mais baixa renda como clientes do mercado turístico, seja pela adoção de políticas segmentadas para aposentados, trabalhadores e estudantes. Enfim, o turismo interno será estimulado e abrirá novas portas para a inclusão social.” (MTU, 2007, p. 7)

Com efeito, esse projeto possibilitou a interação da UFMA com os problemas e desafios enfrentados pela população maranhense, na medida em que exigiu a participação ativa da universidade na seleção dos multiplicadores do curso – os quais, em sua maioria, eram discentes dos cursos de Hotelaria e Turismo – e estes últimos puderam vivenciar diretamente as dificuldades enfrentadas pelas associações e Arranjos Produtivos Locais (APLs) envolvidos com a atividade turística nos três Municípios onde estiveram presentes. Evidencia-se tal experiência no depoimento de um dos alunos que participou do Projeto (ANEXO E):

a experiência no Projeto foi significativa pelo contato com as pessoas da comunidade e a realidade na qual elas estão inseridas e que o ganho profissional e acadêmico foi a oportunidade de analisar o projeto turístico idealizado pelo Governo para aquela comunidade, geralmente de cima para baixo e a discrepância entre o idealizado e a real condição delas. E a oportunidade de conhecer *in loco* a realidade turística do maranhão para confrontar o que é apresentado em forma de textos e relatos na academia o que nos faz perceber a gritante diferença do desejado pelas políticas nacionais e a real necessidade do local.

Enfim, avalia-se, o Projeto “Brasil, meu negócio é o turismo” coaduna-se perfeitamente à missão institucional da UNITRABALHO, haja vista que o objetivo maior era fazer com que os trabalhadores qualificados na ponta deste projeto pudessem incrementar o seu nível de organização e de competitividade, a fim de que, em conseqüência, aumentassem o seu nível de renda, proporcionando, assim, uma melhor “distribuição dos ganhos de valor entre as diversas atividades integradas a essa cadeia produtiva (UFMA/UNITRABALHO, 2005, p. 3).

5.2.3 Mapeamento dos empreendimentos econômico-solidários e das entidades de apoio à economia solidária no Estado do Maranhão

A UNITRABALHO nacional firmou parceria com o Ministério do Trabalho a fim de que pudesse usar sua experiência em matéria de economia solidária²⁹ para compor um retrato (mapeamento) deste tipo de economia em 14 (quatorze) Estados da Federação. No Maranhão a coordenação do projeto coube à UNITRABALHO/UFMA que, em 2005 e 2006,

²⁹ O autor chileno Luis Raseto (1993, p.40) define o conceito de economia de solidariedade como: “[...] uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas [...], que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas” (*apud* UFMA/UNITRABALHO, 2006, p. 6)

mapeou cerca de 700 (setecentos) empreendimentos econômicos solidários. (UFMA/UNITRABALHO, 2006, p. 2).

O objetivo principal do mapeamento é consolidar informações sobre a economia solidária no Brasil, a fim de que possam ser direcionadas políticas públicas de apoio e incentivo a tais empreendimentos os quais, segundo Paul Singer,

[...] constituí-se pelo conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca, e diversas organizações populares urbanas e rurais. (*apud* UFMA/UNITRABALHO, 2006, p. 8)

Com efeito, defende a UFMA/UNITRABALHO que:

Além do perfil dos sujeitos da economia solidária, é necessária uma análise das capacidades e potencialidades da economia solidária no Maranhão, considerando os seguintes aspectos: a viabilidade econômica de iniciativas autogestionárias e solidárias; a inclusão social pela via da geração de trabalho e melhoria da renda; a constituição e afirmação de novos valores e práticas autogestionárias, de participação democrática e de uma cultura da solidariedade; o potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento; e o reconhecimento pelo Esta da diversidade de formas de organização e relações de trabalho decente. (UFMA/UNITRABALHO, 2006, p. 8-9).

Da passagem acima, percebe-se a intrínseca relação dos objetivos institucionais da UNITRABALHO com a temática contida no projeto ora em discussão. O trabalho nele desenvolvido é de extrema importância para que possam ser elaboradas políticas de fortalecimentos desses empreendimentos em todo o Brasil, em especial no Maranhão, onde abundam as associações e cooperativas de trabalhadores rurais, de quebradeiras de coco e de artesanato as quais necessitam de apoio para potencializar seus ganhos econômico-sociais. Políticas públicas que leve em consideração as peculiaridades de cada região onde os empreendimentos solidários estejam inseridos.

A importância do “Mapeamento dos empreendimentos econômico-solidários e das entidades de apoio à economia solidária no Estado do Maranhão” foi confirmada pela representante do Fórum Estadual de Economia Solidária, a qual depõe – quando perguntada sobre a atuação da UNITRABALHO/UFMA no Fórum – que:

Sim, é importantíssima essa colaboração que eles desenvolvem. Um trabalho técnico, político e que vem para ajudar essa luta para fortalecer esses empreendimentos da economia solidária no maranhão. Esse mapeamento que foi feito, que identificou todos os empreendimentos que tem haver com a economia solidária no Estado, é de vital importância para que, a partir desse mapeamento, a gente esta orientando a nossa convenção. Nós elaboramos recentemente um projeto

para o Banco do Nordeste, do fundo participativo solidário, toda nossa fundamentação foi feita em cima dessa pesquisa. E nós vamos executar todo o projeto contando com essa base de dados da pesquisa. (ANEXO F)

5.2.4 O observatório do trabalho/UFMA

Entre os projetos futuros da UNITRABALHO/UFMA destaca-se o “observatório do trabalho”. Através dele, a entidade pretende

[...] oferecer um diagnóstico adequado que defina com precisão os problemas a serem enfrentados pela ação estatal e da sociedade, através do estabelecimento de metas, objetivos e estratégias, a fim de evitar a utilização de recursos em ações desconectadas. Dentro do processo de criação de “Observatórios do Trabalho” que possam prover a sociedade com um mecanismo capaz de identificar e analisar o que acontece na interação entre trabalhadores e empreendimentos da cadeia produtiva levado a cabo pela Rede UNITRABALHO, o Núcleo UNITRABALHO/UFMA lança o seu Observatório. (UFMA/UNITRABALHO, 2006, p. 3)

No geral, o Observatório será um espaço de discussão e produção de conhecimento para orientação de políticas públicas voltadas para o “mercado de trabalho”, “direitos dos trabalhadores” e “relações de trabalho”. Entre suas principais metas, encontra-se: (i) apoiar e desenvolver projetos que tenham por objetivo promover a qualidade de vida dos trabalhadores e seus direitos; (ii) suprir as necessidades demandadas pela sociedade civil, no que se refere ao mercado de trabalho e questões inerentes a ele, no que tange a questões referentes à proteção dos direitos básicos dos indivíduos, bem como possibilitar o resgate da cidadania; (iii) produzir relatórios e emitir pareceres sobre as situações observadas. Sua investigação concentrar-se-á nas áreas de “trabalho escravo”, “trabalho infantil”, “direitos trabalhistas”, “trabalho informal” e “trabalho o setor público” (UFMA/UNITRABALHO, 2006).

A UNITRABALHO/UFMA, em atuação parceira com o DIEESE, espera, após a realização de ampla pesquisa sobre os referidos temas, pela “criação de um ‘selo’ que possa atestar a qualidade da relação entre empresa e trabalhador” (UFMA/UNITRABALHO, 2006, p. 11). Este “selo” possibilitará às empresas alcançarem um melhor conceito junto à sociedade, a exemplo da política “ISO” de qualidade.

Ao se concretizar o “Observatório do Trabalho”, a UNITRABALHO/UFMA estará, mais uma vez, cumprindo com sua missão institucional de integrar a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida. A respeitabilidade e a experiência adquirida ao longo de mais de uma

década de atuação voltada para as questões do trabalho, qualificam a UNITRABALHO/UFMA como instituição preparada para atestar a (não) qualidade do tratamento que certas empresas dispensam a seus empregados. Além disso, o Observatório amplia a participação social, a qual é indissociável da idéia de Democracia, na medida em que chama a comunidade acadêmica a atuar no controle social da efetividade das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

5.3 Os participantes do Núcleo UNITRABALHO/UFMA

De acordo com o disposto no Regimento do Núcleo UNITRABALHO/UFMA, sua estrutura é composta por três órgãos básicos (UFMA, 2000, p. 2): (i) Coordenação Central, (ii) Grupo de Trabalho e (iii) Secretaria.

A Coordenação é realizada por um professor designado pelo Reitor da UFMA e tem mandato de dois anos. O Coordenador é o representante da UFMA junto ao Conselho Técnico da Rede UNITRABALHO. Por seu turno, o Grupo de Trabalho (GT) é composto por professores pesquisadores e estudiosos das questões do mundo do trabalho e são também nomeados pela Reitoria. Por fim, à Secretaria, compete atividades técnicas e administrativas de apoio ao GT. (UFMA; PREXAE, 2000).

Destarte, infere-se do conjunto das informações, que a UNITRABALHO é uma instituição onde o papel de destaque é dos pesquisadores que a compõem. Ou seja, ela não tem o intuito primordial de envolver os alunos das IES. É mais um espaço de articulação entre a Universidade e as mais diversas organizações compostas por trabalhadores, onde os professores-pesquisadores trocam experiências com os representantes destas entidades.

Com efeito, o papel desempenhado pelos alunos/bolsistas do Núcleo não é de protagonismo. Eles auxiliam os professores-pesquisadores em seus projetos. Entretanto, as experiências dos profissionais envolvidos e o contato direto com a pesquisa e a produção de relatórios representam um importante meio de aprendizagem e de desenvolvimento de certas habilidades indispensáveis para uma bem sucedida atuação profissional dos alunos no futuro. Confirmam os depoimentos dos bolsistas entrevistados:

A experiência vivenciada me tornou mais humana pelo fato de vivenciar a realidade da relação sociedade-trabalho e trouxe benefício a minha vida profissional enquanto assistente social. E, em minha vida acadêmica, me trouxe maturidade do tema para minha monografia e pontos curricular através de produção de artigos, participação de congressos” (ANEXO D)

A experiência no Projeto foi significativa pelo contato com as pessoas da comunidade e a realidade na qual elas estão inseridas e que o ganho profissional e acadêmico foi a oportunidade de analisar o projeto turístico idealizado pelo Governo para aquela comunidade, geralmente de cima para baixo e a discrepância entre o idealizado e a real condição delas. E a oportunidade de conhecer *in loco* a realidade turística do Maranhão para confrontar o que é apresentado em forma de textos e relatos na academia, o que nos faz perceber a gritante diferença do desejado pelas políticas nacionais e a real necessidade do local. E para a vida profissional, a ação praticada no projeto, me fez que direcionasse minha monografia para o seguimento de planejamento de Marketing e seguimento mercadológico, tendendo como tema de sua monografia o Planejamento Sustentável de alguma localidade (ANEXO E).

Assim, não obstante a UNITRABALHO ter sido idealizada para ser um espaço de discussão de pesquisadores profissionais a respeito do mundo do trabalho, ela acaba representando um excelente veículo de aprendizagem, de sensibilização social e de profissionalização para os alunos diretamente envolvidos. “Ela é importante para a formação dos alunos, ajuda no setor de pesquisa. Por exemplo, só de 2006 pra cá, nós tivemos mais de 30 bolsistas sistematicamente engajados em projetos. Então você complementa a formação do graduando.” (Coordenadora da UNITRABALHO, ANEXO B).

É praticamente unânime que os alunos envolvidos com experiências de extensão e de pesquisa, como as que são desenvolvidas pela UNITRABALHO/UFMA, têm atuação acadêmica e profissional destacada. A justificativa é quase sempre a mesma, a de que a vivência prática das discussões teóricas de sala de aula leva o aluno a uma aprendizagem mais significativa. Nesse mesmo sentido, relatam os entrevistados:

Tem uma repercussão muito grande e se vocês tivessem tempo para conversar com os professores, existe uma nítida diferença entre quem é bolsista e alunos que passam, porque tanto eles aprendem muito academicamente. Essa estagiária que está aqui com a gente, por exemplo, ela foi monitora de um curso de conselheiros, então ela acompanhou todos os cursos durante os cinco dias que nós demos em Fortaleza, ajudou a fazer os relatórios. Então, qual a grande vantagem? Ela mal entrou agora no semestre e já tem dois capítulos da monografia prontos. (Coordenadora da UNITRABALHO/UFMA, ANEXO B).

[...] os próprios acadêmicos relatam isso. Ou seja, que a convivência que eles tem dentro dessas ações, para eles, é um aprendizado muito grande. A vivência que eles têm, e eu até posso te afirmar isso categoricamente, porque, como coordenador de curso, durante muito tempo, a gente manda muitos alunos para estágios, não só envolvidos com ações extensionistas, e o relato deles em relação a esse aprendizado lá fora é muito grande. E isso é interessante porque começa o aluno a provocar uma discussão grande dentro dos cursos de que essas ações extensionistas devem estar inseridas no currículo desses alunos. (Pró-Reitor de Extensão, ANEXO C)

Eu acho que é fundamental. A partir daí, é que eles têm contato com a realidade como ela é. E é a oportunidade de tá se envolvendo com todo o aprendizado que eles acumulam na Universidade pra sociedade. E acho que essa troca é que permite amadurecimento, maior nível de responsabilização com as causas sociais. Eu acho que o estudante que passa por uma experiência dessas é diferente de um outro que esta lá só na academia, muito distante da realidade que vive o povo brasileiro e o

maranhense, em especial. Com certeza não é o mesmo profissional. É a pessoa que traz uma bagagem a mais no nível de sensibilidade, um olhar diferenciado que pode ajudá-lo a ser um profissional cada vez melhor (Representante do Fórum Estadual de Economia Solidária, ANEXO E)

Por fim, sobre a seleção dos alunos envolvidos, diz a coordenadora do Núcleo UFMA (ANEXO B) que:

Cada vez que a gente tem um projeto, a gente abre um edital público. A partir disso, a gente faz uma seleção e com isso um perfil para o tipo de aluno que a gente precisa para cada projeto. E, depois que ele se incorpora, a gente treina os alunos dentro daquilo que eles vão trabalhar.

Em contraposição, os alunos entrevistados disseram que:

Fui aluna da Professora Cândida no segundo período do Curso de Serviço Social e, quando a outra estagiária estava em fase de conclusão de curso e estagiava na Prefeitura, na Secretaria de qualidade de vida, que tem na UFMA, fui convidada para participar do projeto Avaliação do PLANTEC, em meados de 2005, onde me encontro até hoje (Aluno A, ANEXO D).

Recebi o convite da Professora por ser aluno do curso de Turismo, em 2006, para participar do Projeto Brasil o negócio é Turismo (ANEXO E).

Entretanto, conclui-se que o melhor critério a ser utilizado fosse mesmo um processo seletivo público. Tendo em vista que devem ser oportunizadas de forma equânime as bolsas de estágio a todos os estudantes interessados. O convite personalizado dos professores/pesquisadores a certos alunos, embora seja uma forma de reconhecer o esforço e o destaque pessoal dos mesmos, não condiz com o caráter público da instituição e dos valores disponibilizados à UNITRABALHO/UFMA para o desenvolvimento de seus projetos.

6 CONCLUSÃO

No geral, as ações e projetos desenvolvidos pela UNITRABALHO denotam a insistente busca pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros. No Maranhão, os esforços do Núcleo UFMA para concretização de sua missão institucional foram reconhecidos por todos os atores sociais envolvidos na pesquisa.

Atualmente, graças ao trabalho desenvolvido pela UNITRABALHO, é possível a criação de políticas públicas voltadas especificamente para questões ligadas, entre outros temas, à economia solidária, aos desafios da qualificação profissional e às necessidades locais dos trabalhadores. Enfim, o Poder Público passou a dispor de relevantes informações para direcionar suas políticas sociais relacionadas ao Mundo do Trabalho.

Entretanto, reconhece-se que a falta de uma estrutura (financeira, física e humana) adequada dificulta um maior alcance social das ações da UNITRABALHO no Maranhão, através de seu núcleo local. Percebeu-se, por exemplo, que em grande parte das ações até então desenvolvidas pela instituição pesquisada não houve um efetivo monitoramento pós-intervenção. Ou seja, há uma preocupação em pesquisar e intervir na problemática da classe trabalhadora do Estado, entretanto não se detectou uma política de acompanhamento dos resultados esperados com as ações já desenvolvidas.

De outra sorte, a academia também ganhou após a criação da UNITRABALHO/UFMA. Isso porque ampliou os horizontes da Universidade para as necessidades dos trabalhadores. Também possibilitou a criação de um ambiente de trabalho científico multidisciplinar, em contraponto às ações setoriais e isoladas dantes desenvolvidas nos mais diversos Departamentos da Instituição de Ensino. Ao mesmo tempo desenvolveu uma relevante relação interinstitucional com os mais diversos atores sociais que têm a problemática da exclusão social como campo de atuação. Quanto aos alunos que participaram dos projetos desenvolvidos pela UNITRABALHO/UFMA, agregaram uma insubstituível experiência acadêmica ao seu currículo, na medida em que vivenciaram questões que são pouco debatidas em sala-de-aula. Por fim, a grande experiência dos pesquisadores/ coordenadores do Núcleo UFMA tem contribuído para a construção de uma nova perspectiva para a pesquisa e a extensão universitária.

É uma pena que a divulgação institucional do Núcleo UFMA, principalmente no âmbito interno da academia, não mereça a devida atenção.

Sem sombra de dúvidas, os maiores benefícios alcançados pela UNITRABALHO/UFMA são direcionados à classe trabalhadora. A melhoria das políticas de qualificação profissional, a preocupação com a geração de trabalho e a distribuição de renda e a atuação frente aos órgãos em geral (públicos ou não) em busca de um maior equilíbrio na relação empregado/patrão falam por si.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005. n. 13.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e superficialidade. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, Autores Associados, HISTEDBR, 2002, p. 35-44.

ARAÚJO, Jussara de Loiola. **Cálculo, tecnologias, modelagem, matemática**: as discussões dos alunos. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

BARBOSA, J. C. **Modelagem Matemática**: concepções e experiências de futuros professores. 253 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. **Extensão Universitária**: momentos históricos de sua institucionalização. 2002. Disponível em <<http://www.reitoria.uri.br>> Acesso em 04 mar. 2008.

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria aos métodos. Porto: Porto, 1994. (Coleção Ciência da Educação).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ 2003-2007**. Brasília-DF: MTE, 2003.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**: uma viagem de inclusão. Brasília, DF: MTU, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Poços de Calda: Conferência de Abertura da ANPEd, 2003.

CORREIA, Edson José. _____. **Extensão Universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

COSTA, Cândida da (org.). **Dimensões do trabalho**: extratos da produção acadêmica na UFMA. São Luís: EDUFMA, 2000.

_____. **Avaliando os rumos da política de qualificação profissional no Maranhão**: o PlanTeQ/MA 2004. São Luís: EDUFMA, 2006.

_____. **Anais do Seminário “Avaliando os rumos da qualificação profissional no Maranhão”**. São Luís: Núcleo UNITRABALHO, 2004.

_____. Reforma do Estado e relações de trabalho, a experiência brasileiro nos anos 90. **Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes**, Campina Grande, v. 13, n 1, p. 41-50, 2007.

DOURADO, Luís Fernando; CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, João Ferreira de. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: _____. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003. p. 17-29.

DURHAN, E. R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (org.). **A Aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17-38.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL. Universidade Federal Fluminense. **Currículo do curso de graduação em serviço social**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000. 109 p.

FARIA, Doris Santos de (org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERRETTI, Celso J. Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as Relações Trabalho e Educação no Brasil nos anos recentes. In: LOMBARDI, J.; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. P. 97-118

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano nacional de extensão universitária**. Ilhéus: Editus, 2001.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. et al. (org.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

IBGE. **Pnad, 2001 e 2004.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/radar2006/01_trabalho.pdf> Acesso em: 10 ago. 2008.

_____. **Disoc/Ipea** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/radar2006/02_renda.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2008.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e prática da pesquisa. 14. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 1997.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (org). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** São Paulo: Papyrus, 2002

LIMA, Valéria Almada. Reestruturação e relação salarial: tendências no Brasil nas décadas de 80 e 90. In: COSTA, Cândida da (org.). **Dimensões do trabalho:** extratos da produção acadêmica na UFMA. São Luís, EDUFMA, 2000, p. 9-20.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. O Movimento dos Pró-Reitores: uma nova dimensão da ação do Conselho de Reitores. **Educação Brasileira**, Ano VIII, n.18, Brasília, 1987.

MAGNANI, Ivete. **Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro.** Universidade e Sociedade. ano 8, n. 28, p. 86-92, nov/2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Extensão universitária:** diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte, MG: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, 2000. 193 p.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana:** metodos de investigacion cualitativa. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v. 5. São Paulo: Vértice, 1988. p. 68-80.

REDE UNITRABALHO. Sítio eletrônico oficial da Rede UNITRABALHO. Miranópolis, São Paulo, UNITRABALHO. Disponível em: <[http:// http://www.unitrabalho.org.br/](http://www.unitrabalho.org.br/)>. Acesso em: 30 out. 2007.

RADAR SOCIAL, Brasília, 2006. IPEA, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

RIBEIRO, Ana Paula. Brasil tem segunda pior distribuição de renda do mundo. **Folha Online**, Brasília, 01 jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69318.shtml>>. Acesso em: 20 ago 2007.

_____. Em 25 anos, países como China e Jordânia deixam Brasil para trás. **Folha Online**, Rio de Janeiro, 05 fev. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u19329.shtml>>. Acesso em: 20 ago 2007.

ROCHA, Roberto Mauro. **Institucionalização da extensão universitária**. São Luís, [s.d]

RODRIGUES, Marilucia de Meneses. Revisitando a história- 1980-1995: a extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx>> Acesso em 10 jan. 2008.

RODRÍQUEZ, Gregório G.; GIL, Javier F.; GARCÍA, Eduardo J. **Metodologia da investigação qualitativa**. Archidona, Málaga: Aljibe, 1999.

SALES, Francisco José Lima. Reconvenção produtiva, estado e educação: polêmicas sobre a formação/qualificação do trabalhador no capitalismo contemporâneo. In: COSTA, Cândida da (org.). **Dimensões do trabalho**: extratos da produção acadêmica na UFMA. São Luís, EDUFMA, 2000, p. 51-70.

SPITZ, Clarice. Renda dos brasileiros cai 12,7% em dez anos, diz IBGE. **Folha Online**, Rio de Janeiro, 20 dez. 2006. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113261.shtml> > Acesso em: 20 ago 2007.

STRAUS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

UFMA; UNITRABALHO. **Projeto de pesquisa:** mapeamento de empreendimentos econômico solidários, e de entidades de apoio à economia solidária no estado do Maranhão. São Luís, 2008.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Institucional:** implementação do Observatório do Trabalho/UFMA. São Luís, 2006.

_____. **Projeto: Brasil Meu negócio é Turismo:** curso de capacitação de agentes de desenvolvimento social no estado do Maranhão. São Luís, 2005.

_____. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – PREXAE. **Regimento do Núcleo UNITRABALHO/UFMA.** São Luís, 2000.

YIN, Robert K. **Case Study Research - Design and Methods.** Sage Publications Inc., USA, 1989. Traduzido por: Ricardo L. Pinto. Adaptado por: Gilberto de A. Martins. Disponível em <http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo_Caso.htm>. Acesso em 10 mai. 2008.

APÉNDICE

APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DAS ETAPAS

DESCRIÇÃO DAS ETAPAS		DETALHAMENTO
1.	<ul style="list-style-type: none"> • Contato a coordenadoria do Núcleo UNITRABALHO/UFMA, com alunos que participam das ações do núcleo, com representante da Secretaria de Economia Solidária. • Leitura de documentos que relatam os projetos e atividades realizados pelo Núcleo. Período: OUT A DEZ de 2007	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo com os responsáveis do projeto e entidades parceiras para o fornecimento de informações sobre a nossa pesquisa e discussão para o estabelecimento de critérios e duração de nossa pesquisa; • Análise do conteúdo dos documentos, com o objetivo de situar a problemática da pesquisa.
2.	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com a equipe de pesquisa. Período: JAN A MAR de 2008	<ul style="list-style-type: none"> • Escolha dos instrumentos para a coleta de dados; (Levantamento documental, Observação Direta e Entrevista Semi-estruturada) • Definição da amostra; • Elaboração do Guia das Entrevistas; • Preparação das entrevistas para os respectivos atores definidos na amostra; • Definição dos aspectos a serem observados na análise dos documentos apresentados pelas entidades, bem como na Observação Direta (Impacto e transformação; Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão) e conduta do entrevistador. • Escolha da pessoa que ficará responsável pela transcrição das entrevista (Elvis) e quem irá fazer a entrevista (Zé Carlos, Eudócio, Luís Carlos)
3.	<ul style="list-style-type: none"> • Coletas de Dados Período: ABRIL de 2008	<ul style="list-style-type: none"> • Análise, síntese e sistematização da dos dados colhidos através da análise documental.
4.	<ul style="list-style-type: none"> • Coletas de Dados Período: MAIO A AGO de 2008	<ul style="list-style-type: none"> • Transcrição, análise e síntese das entrevistas.
5.	<ul style="list-style-type: none"> • Coletas de Dados Período: MAIO A AGO de 2008	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização das percepções dos pesquisadores através da observação direta.
6.	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com a equipe de pesquisa, para a triangulação dos dados coletados. Período: JUL A SET de 2008	<ul style="list-style-type: none"> • Com o objetivo de proteger-se das tendências dos investigadores. Através do confronto e submissão ao controle recíproco das declarações dos distintos participantes, a análise documental e as observações dos pesquisadores.
7.	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Relatório parcial da pesquisa ao Orientador. Período: AGO de 2008	<ul style="list-style-type: none"> • Visando garantir uma maior validade interna e credibilidade de nosso estudo, já que a experiência do Professor em pesquisa científica pode apontar possíveis erros nos procedimentos e análise dos dados coletados.

ANEXOS

ANEXO A - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

**Entrevistada: Prof^a. Cândida da Costa, do Departamento de Serviço Social
Coordenadora do Núcleo UNITRABALHO/UFMA
Data: MAIO 2008**

1) O que esta dificultando nosso trabalho é a questão do pouco material sobre o histórico: o que motivou a criação da rede UNITRABALHO e do núcleo unitrabaho UFMA? E como o núcleo unitrabaho UFMA veio para cá?

– A parte de como veio para cá quem sabe dizer é o Roberto, porque eu entrei em 1992 quando ele me chamou para ficar com ele. Então, olha só, mais ou menos no final dos anos oitenta a gente teve aquela redemocratização da sociedade como um todo, a central única dos trabalhadores que é a maior central sindical do Brasil resolveu conversar com ???? pensando o seguinte, que havia um conjunto de reitores novos eleitos depois que a ditadura já estava esmaecendo e que esses reitores deveriam ter uma sensibilidade maior com a questão do mundo do trabalho. Então foi colocado pela CUT como argumento na época para os reitores que existem muitas pesquisas nas universidades voltadas para as empresas, principalmente para a área tecnológica, onde se tem muitas atividades voltadas para as empresas. E quando você parava para ver o que as universidades tinham para oferecer para o mundo do trabalho, para a sociedade em geral, se tinha um grande vácuo. E, nesse sentido, então, a CUT pediu que a ANDFES pensasse uma alternativa para que se tivesse uma articulação maior do pesquisador com a questão ligada ao mundo do trabalho. Eles partiram também de uma experiência que existia em Minas Gerais, na UFMG, que é o Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano-NESTH, que já vinha fazendo este trabalho de articulação de fazer pesquisa no setor mineral, no setor metalúrgico, tanto para a plataforma nacional dos metalúrgicos como também para alguns sindicatos da região. Eles achavam que esse estilo de trabalho do NESTH era um estilo que deveria ser modificado. Daí surgiu a idéia de se pensar uma rede inter-universitária de estudos e pesquisa sobre o trabalho, como isso seria organizado? Cada universidade criaria o seu núcleo de estudo e pesquisa, então se partiria para organizar e responder a demanda dos trabalhadores. E essa foi a idéia inspiradora da Rede.

E aí, então, o Roberto [Professor Roberto Mauro Gurgel] pode falar melhor. Mas, logo no início, em 95, mais ou menos, foi montado. Ele que fez esse documento, um protocolo de intenções ou uma carta compromisso em que muitas universidades, muitos reitores já assinassem se comprometendo a aderir a rede, no caso chamamos de afiliar-se a rede em todo o país, e hoje nós já temos noventa e duas, sendo que a maior parte das universidades afiliadas a UNITRABALHO são públicas.

2) Como a Sr^a. concebe a atuação da UNITRABALHO no ensino superior?

– Então, nós trabalhamos, conforme a própria imagem da Universidade, como se a gente fosse um espelho para a área do trabalho. Nós trabalhamos com quatro programas nacionais, que é o programa ???? articula “Emprego e Relações do Trabalho”, “Saúde do Trabalhador”, “Economia Solidária” e “Educação e Trabalho”. A partir destes trabalhos, nós temos um conjunto de pesquisas que são feitas no país todo envolvendo as universidades, porque nossa metodologia é essa. Porque o programa nacional já tem bolsa, mas na verdade fazem parte de uma rede em que o pesquisador ????.

Na parte do ensino, nós atuamos em alguns cursos específicos, como curso de formação de conselheiros, atuamos também na formação de gestores na área do trabalho solidário e renda. E, em alguns casos, nós já fomos demandados pelo setor social para que a gente pudesse criar a universidade do trabalhador, mas esse é um projeto que nós não levamos em frente. Nós achamos que dentro da universidade a gente tem que construir a possibilidade para que ela responda estas questões de dentro do mundo do trabalho.

Na área de extensão, o fato dos nossos projetos de pesquisas estarem articulados com a extensão, nós temos uma série de estudos de projetos que são integrados com a pesquisa. Recentemente nós tivemos o projeto “Mapeamento do seguimento econômico solidário” e junto com esse projeto nós temos dois seminários: um de apresentação do projeto, que envolveu os estudantes pesquisadores que fazem parte mais também representantes do empreendimento econômico solidário, membros da ABLT, membros do “Fórum de Economia Solidária”; e agora, em janeiro, a gente fez, já com o resultado da pesquisa, o seminário para socializar os resultados. Seguindo nossa metodologia que é de dá o retorno para a sociedade.

3) O fato da UNITRABALHO esta vinculada a Pró-Reitoria de Extensão não a qualifica como extensão?

– Não, porque na verdade nós somos vinculados institucionalmente ao gabinete do Reitor, todo o núcleo UNITRABALHO é vinculado ao gabinete do Reitor, porque a proposta dela é dos reitores. Agora nós achamos, institucionalmente, cada um tem que ir por onde quer. Nós somos totalmente autônomos para isso. Nós podemos nos vincular na pró-reitoria de pesquisa ou na extensão. Por que a gente achou melhor na extensão? Não é pelo caráter da extensão, é pela natureza, porque é a extensão é que responde na universidade pela ligação da comunidade, então a gente achou que ficaria melhor estar mais lá na extensão. Por conta disso, já que a gente quer resgatar enquanto papel da universidade essa dívida social acumulada e tudo mais, dentro da universidade é o setor que mais se preocupa com ter retorno para sociedade com que a universidade faz parte. Mas, nós mesmos aqui, na nossa trajetória, nós fizemos muito mais pesquisa do que extensão ????. Se nosso “Brasil meu negócio é o turismo” fosse extensão os seminários teriam que estar acoplados ao projeto de pesquisa.

4) Professora, na escolha dos projetos segue-se uma orientação nacional ou o núcleo maranhão, o núcleo UFMA, faz a opção, tem liberdade para optar?

– Não a gente tem a liberdade para atuar no que a gente quiser. Só que a nossa metodologia de trabalho é quem define. Então o que a UNITRABALHO faz? Quando ela negocia um projeto nacional, ela pode envolver todas as suas universidades, tanto quanto for possível, porque as vezes não temos o pesquisador naquela área e não dá para você colocar dentro daquele projeto. Agora os núcleos tem autonomia para proporem os projetos que eles quiserem, por exemplo, nós aqui, nós temos o observatório trabalho e a incubadora, que agora a gente apresentou na FAPEMA os dois projetos e eu vou ter uma reunião com Abedi para ver a resposta que ele vai me dar. Nós vamos apresentar, pois eu tive uma reunião com uma representante da comunidade Européia, saiu agora um edital da União Européia ????, que a gente trabalha. Então, eles estão querendo que a gente apresente um projeto. Então nós vamos apresentar de novo nosso projeto de ?????. Então, a gente pode ter vários projetos locais, ou com articulação internacional da rede. Agora quando a rede tem um projeto nacional aí ela incorpora as universidades.

5) Com essa formação de projetos em destaque, está dando certo? Então, quais seriam as maiores dificuldades?

– Nós temos algumas dificuldades de ordem administrativas, por exemplo, nossa Universidade é uma universidade antiga e ela não se organizou em termo de espaço logístico para dar conta ??? da UNITRABALHO. Ela ??? hoje, quase em todos os núcleos de pesquisa, porque nós não temos nem sala de professores, nem sala de alunos e nem salas específicas para grupos de pesquisas. Tem agora um projeto de fazer um anexo aqui e a gente vai ter novas salas. Esse é um dos problemas e o outro é que, o que é que eu quero dizer? não é uma vocação social, mas esse compromisso com as questões sociais não é algo que seja muito fácil de você encontrar no corpo docente. Então, nós temos, e até pela natureza do nosso trabalho, tem que ser uma coisa natural, a pessoa realmente tem que ter essa disposição, porque dá muito trabalho e já temos carga horária de 40hs, pós-graduação, monte de monografias e teses, pesquisa. Então, um monte de coisa que o professor já faz hoje, por isso tem que ter um compromisso social, uma vontade de fazer uma coisa a mais, dentro do que já faz. Então, nós somos uma média de 3 e estamos expandindo agora para mais dois, vamos ser cinco, acho ??? porque aparentemente nos temos nosso projeto da UNITRABALHO e eles estão mais ou menos na nossa dinâmica acadêmica. Mas não é só isso, o sindicato nos chama para palestra, a secretaria de trabalho e economia solidária nos chama para conversar sobre os projetos deles, para participar dos seminários que eles fazem. Então, a gente tem uma demanda imensa para dar conta e todo grupo quer que a gente vá fazer incubação, todo grupo quer acessória e a gente vem freando um pouco para priorizar a Cooperativa de Rosário, porque lá são 1000 trabalhadores. Então lá vai ser um trabalho extenso que a gente vai ter, mas a gente sabe que temos essa demanda reprimida toda.

6) Professora, como na realidade o objetivo da rede UNITRABALHO é o resgate social, e vendo as dificuldades apresentadas aqui, você acha que tem conseguido dar para sociedade uma resposta satisfatória?

– Nós temos, inclusive se vocês tivessem tempo de falar com nossos parceiros, seria muito importante falar com a CUT, Secretaria do Trabalho e Economia Solidária, porque a UNITRABALHO é uma entidade, realmente, reconhecida, pelo engajamento, pelo tipo de trabalho que dá. Falar também com o Ministério do Trabalho, que também é um dos nossos parceiros importantes e pela forma como a gente conduz a coisa com

muito compromisso, com muita seriedade. Roberto já deve ter dito isso para vocês e ??? também todas as dificuldades que nós temos para responder à sociedade. Considerando que, tipo assim, hoje não tenho carga horária com a UNITRABALHO, as vezes eu consigo ter duas horas, as vezes eu consigo ter quatro horas nesse mês é muito pouco para você dar conta da dinâmica que é a UNITRABALHO.

7) No caso, como é que se dá a participação dos alunos e como eles são selecionados para participar dos projetos?

– Todos nossos alunos são bolsistas e nossa bolsa é de quatrocentos reais. Cada vez que a gente tem um projeto, a gente abre um edital público. A partir disso, a gente faz uma seleção e com isso um perfil para o tipo de aluno que a gente precisa para cada projeto e depois que ele se incorpora a gente treina os alunos dentro daquilo que eles vão trabalhar. Vão trabalhar na qualificação é um tipo de seminário, se vão trabalhar na economia solidária é outro. Fazem exames periódicos comigo, nós estamos com dois agora que estão com a gente desde o segundo período. Uma vai formar agora o outro está no quinto ou sexto período. Então, essa é uma possibilidade que a gente tem, pelo fato de nós termos projetos financiados e sempre nós podermos financiar bolsa para os nossos estagiários, pois são estagiários voluntários e que ganham bolsas muito pequenas.

8) Eles são obrigados a apresentarem relatórios das atividades dos projetos?

– Não. Eles entram com a gente no projeto. Quando eles têm participação no projeto, aí eles fazem uma parte do relatório e anotam. Mas, geralmente, eles fazem uma relatoria dos seminários, anotando, eles preparam o relatório, lêem livros e tudo mais. Eles têm muitas tarefas, não só essas, eles cuidam aqui do núcleo, organizam o núcleo, vão anotando, se alguém vem atrás, eles sabem onde eu estou e que horas podem falar comigo, eles controlam mais ou menos a minha agenda. Então, são uns meninos excelentes, e essa que vai se formar agora ela vai fazer a monografia em cima de um tema que a UNITRABALHO trabalha que é a Qualificação Profissional e Controle Social.

9) E esse retorno, no sentido de crescimento acadêmico e pessoal deles com o envolvimento que eles têm nesses projetos?

– Tem uma repercussão muito grande e se vocês tivessem tempo para conversar com os professores, existe uma nítida diferença entre quem é bolsista e alunos que passam, porque tanto eles aprendem muito academicamente. Essa estagiária que está aqui com a gente, por exemplo, ela foi monitora de um curso de conselheiros, então ela acompanhou todos os cursos durante os cinco dias que nós demos em Fortaleza, ajudou a fazer os relatórios. Então, qual a grande vantagem? Ela mal entrou agora no semestre e já tem dois capítulos da monografia pronto. Ela fez pesquisa de qualificação profissional, ela participou do curso de conselheiros, ela leu o material. E uma outra coisa importante é que são alunos realmente comprometidos, já têm também esse pendor social, porque eles vão ficando bastante sensíveis as problemáticas sociais durante o período que passam aqui.

10) De que forma é escolhido a ação ou projeto da UNITRABALHO, indicação da universidade ou é convidado?

– Não. Nós somos totalmente autônomos, a gente que monta a equipe. A gente pode elaborar o projeto, então o elaborador é quase já o coordenador do projeto, aí os coordenadores chamam a equipe para compor e aí o critério é que seja da UNITRABALHO.

11) E como é que é feita a escolha desses projetos?

–A gente tem quatro linhas, nós temos projetos, por exemplo agora a gente mexeu com iniciação científica ??? que é o ambiente e relação de trabalho. A gente tem a linha da qualificação, então dentro dessa linha a gente pode fazer palestras, pode fazer projeto de participação. Por exemplo, esse que vou fazer agora da incubadora ele pega uma linha de qualificação dos trabalhadores lá em Rosário. A gente procura sempre articular. Uma outra de capacitação na linha de cooperativismo. Vamos ver uma outra parte de discussão no processo de restrição de financiamento do BNDS, que nós queremos a responsabilidade pública, pois foi o Governo do Estado que induziu os trabalhadores a darem o cheque em branco. Aí, para esse projeto, a gente vai

montar uma equipe grande, que vai entrar estagiário de psicologia, serviço social, economia, administração, educação artística, que é para ajudar nos slides dos produtos do pessoal. Então, a gente procura montar os projetos dentro do que é a nossa vocação. A incubadora de empreendimentos que faz parte do programa de economia solidária, ??? relação e trabalho e processo produtivo. Então, você ver que olhando tudo que a gente faz, quase tudo ta focado no trabalhador.

12) Nosso trabalho está focado no Núcleo UNITRABALHO/UFMA, se um de nós ou todos nós quisermos participar de uma ação ou acompanhar é possível?

– É, possível

13) Professora a Sr^a. citou que havia cinco pessoas envolvidas com o Núcleo UNITRABALHO/UFMA, a qual área do conhecimento elas pertencem?

– Serviço Social, Sociologia, Administração e Educação.

14) Já é o pessoal do curso novo de Administração aqui da UFMA mesmo?

–Não, isso é só professor.

15) Mas é do curso novo de administração daqui mesmo?

– Não, porque a gente já tem o Departamento de Administração há muito tempo, mas a gente só oferecia Ciências Contábeis. Mas já tínhamos vários professores que são formados em administração.

16) Como o núcleo UNITRABALHO se articula com os movimentos sociais, que já se falou, diretamente com os sindicatos?

– Sindicatos, com a CUT, com Organizações não Governamentais na Área do Trabalho. Então, como a gente funciona? Levamos gente para fazer um seminário, então enviamos convite para todos eles; Lançamento de livro, a gente também convida todos eles. Quando vai fazer seleção na ABS na CUT que é agente de movimentos solidários, eles chamam a UNITRABALHO para fazer parte da comissão. É assim que a gente funciona, a gente dá retorno para eles da pesquisa. Se estou fazendo sobre o movimento sindicalista, eu tenho que dar retorno para CUT sobre isso. Fórum de Economia Solidária nós fazemos parte da plenária de economia solidária, fazemos parte de anais do Fórum. Nós somos a comissão de gestão de economia solidária aqui no maranhão, que junta o Ministério do Trabalho, SETRES, movimento de terra, CUT e outros mais.

17) Nós fomos informado que houve na UFMA um encontro sobre extensão, a Sr^a. esteve lá?

– Não deu para ir, pois estava fora. Eles não chamaram a gente para montar a programação. Nos convidou para a gente ir lá, mas não disseram para fazer o quê. Aí, eu cheguei de viagem no segundo dia que estava acontecendo e só liguei para o Pró-Reitor para justificar porque que a gente não pôde ir. Às vezes, ???, Agora quando é o ????, que é para apresentar as experiências do projeto, a gente vai.

18) De que forma é feita a divulgação das atividades do núcleo UNITRABALHO a nível acadêmico?

– A gente manda colocar na página da UFMA, a gente passa o projeto ????, a TGP também manda ofícios para nossos parceiros. Então, como a gente vive em reunião, tipo Fórum de Economia Solidária, a gente faz um seminário e coloca o resultado da pesquisa; Qualificação Profissional a gente faz o seminário também para fazer a divulgação do resultado do PLANTEQ ??? dos seminários. Então, a gente fez tanto aqui como a gente fez no Piauí.

19) Qual o papel do Núcleo UNITRABALHO/UFMA dentro da sistemática universitário (convênios acadêmicos, professores, alunos, sociedade)?

– Ela é importante para a formação dos alunos, ajuda no setor de pesquisa. Por exemplo, só de 2006 pra cá nós tivemos mais de 30 bolsistas, sistematicamente engajados em projetos. Então você complementa a formação do graduando. Em termo da Universidade, ela é importante por tratar da questão do trabalho, porque hoje há uma disputa ideológica muito grande na sociedade e morreram todos os pensadores. Então hoje você pensa o trabalho para precarizar o trabalho para flexibilizar, não para respeitar os direitos dos trabalhadores, não para dignificar o trabalhador. Então, a gente acha que isso tem uma repercussão importante quando você demarca que há um grupo que estuda o trabalho em outra perspectiva, que quer o resgate dos direitos trabalhista, que quer a ampliação desses direitos. Por exemplo, economia solidária. Eu estava em um seminário na UFMG apresentando uma comunicação, o quê que a gente estava discutindo? O projeto que o governo mandou é um projeto que permite hoje ??? o direito trabalhista, mas quem paga os direitos são os próprios trabalhadores. Mas só que a gente terminou de fazer a pesquisa nacional e só 38% tem prejuízo sem sobra e a gente nem sabe o tamanho dessa sobra. Como é que eles vão poder pagar o direito trabalhista? Então, você tem que ter um outro debate na sociedade e a gente ta pautando isso, é preciso discutir como é que o Estado entra para ajudar a dar suporte para esses pequenos empreendimentos. Porque você não pode ter uma política no Brasil que só privilegie o grande capital. Então, isso é importante na formação dos alunos, é importante também para as pesquisas dos professores se afirmarem nessa direção para fazer um contraponto a uma força hegemônica que foi sendo criada com o Neoliberalismo, de que nada mais do que isso aí, vc tem que pensar no trabalho para precarizar, para pagar mais barato, para tercerizar e isso é ruim quando você pensa no mercado de trabalho para nossos próprios graduando de hoje.

20) Vocês têm alguma ação a nível nacional, regional ou local, para que se possa mudar o sistema econômico de trabalho, mudar o sistema produtivo para sair dessa situação exploracionista que a sr^a está colocando e passar para o solidarismo ou quem sabe alguma mudança?

– Nós temos duas linhas a pesquisa do mapeamento e as incubadora, de suporte para os pequenos grupos. Agora voltamos à universidade, estamos com um núcleo de pesquisa dentro de uma universidade. Quer dizer, eu acho meio difícil que seja o início da transformação do padrão produtivo, o que fazemos é a crítica desses padrões para subsidiar as discussões das pessoas, dos movimentos sociais, para que eles possam agir em relação a isso.

21) Nas referências utilizadas para fundamentação deste trabalho, percebemos uma preocupação, por parte dos autores, da extensão se tornar meramente assistencialista, como a UNITRABALHO tem estado preocupada para não cair nesse viés?

– A gente não faz assistencialismo. Em nossa tradição de extensão e de pesquisa, a gente não faz. Agora nós temos um problema muito grande, que é assim, quando você trabalha com incubação porque a gente aqui ainda vai começar, mas já observamos com quem já tem. A gente dá um prazo de dois ou três anos para o grupo ser autônomo, só que quando chega a hora dele ser autônomo, ele não quer alegando que se eles ficarem sem a universidade quem vai nos assessorar com a questão do micro crédito? com a questão de produção? do plano de negócio? Que é muito em função de que, como o resto do aparelho do Estado não funciona para dar o suporte que eles precisam, então eles não querem ter essa autonomia. Então, a gente tem uma certa preocupação com esse programa, porque as pessoas pela condição que elas têm, eles não querem ser expostos a liberdade que eles têm que é a autonomia que ela deva ter. A gente fica preocupado com isso, mas é o possível que pode ser feito nesse momento, são pessoas muito vulneráveis, fragilizadas e você precisa dar uma atenção. Agora isso não acontece porque nossa dinâmica é a dinâmica da universidade, que trabalha pouco com o seguimento assistencialista, pois quem trabalha isso é o poder público em geral.

22) Quais são os desafios para o futuro e as propostas imediatas da UNITRABALHO?

– Desafios a gente tem um permanente que é o de democratizar a Universidade, de fazer com que ela seja mais receptiva, mais atenta para as demandas que vem da sociedade. Tipo assim: a gente é uma voz que fica sempre ali ecoando para esse papel social da universidade e ai a gente tem um grande desafio que é a forma como a universidade é organizada, ??? o conhecimento setorial. E nós trabalhamos em uma máquina interdisciplinar, onde é muito setorizado cada área. Cada setor pode decidir sobre uma coisa ou outra sem se comunicar, então isso é ruim para o mundo do trabalho.

Nós temos entraves grandes de ter sempre financiamento para nossas ações.

E nossos projetos futuros são: o observatório do trabalho e a incubadora. Estão todas duas em negociação, tanto aqui na FAPEMA, como também na União Européia. A gente vai ter um consórcio junto com a Federal de Minas.

23) *Se nós quisermos publicar essas informações, a Sra. tem alguma objeção?*

– Não, somos totalmente transparente.

ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

**Entrevistado: Ilmº Sr. Antônio Luis Amaral, professor do departamento de Odontologia
Pró-reitor de extensão da UFMA**

Data: MAIO 2008

1) No Fórum de Extensão Universitária que houve aqui na UFMA, teve alguma divulgação do projeto chamado UNITRABALHO?

– Não a professora Cândida me ligou com respeito aos projetos dela, que ela não poderia apresentar porque estava viajando, ela estava em uma outra atividade, mas teve a preocupação de dar uma ligadinha justificando isso, acho que um projeto dela e mais outros três projetos da área social, que também não poderiam vir porque acho que estavam participando de algum evento que eles estavam participando.

2) Esse Fórum, Professor, tinha qual objetivo?

– O objetivo macro do Fórum era primeiro assim, conhecer e fazer uma integração de todos os projetos hoje vinculados e registrados na universidade na Pró-Reitoria de Extensão e que esses apresentassem um resumo das suas ações dando ênfase principalmente as dificuldades e os pontos fracos e os pontos fortes, justamente para que houvesse uma discussão ampla com toda comunidade extensionista no sentido de viabilizar soluções que um projeto tem que outro pode ajudar fazendo essa coisa da interdisciplinaridade mesmo assim, e foi justamente isso que nós vemos, foi constatado projeto que tem uma determinada ação, que precisa de uma determinada ação mas acaba tendo uma dificuldade e que outro faz isso na sua rotina, então isso poderia estar atrelado a um projeto atrelado ao outro que viabilizaria, não é? o desenvolvimento daquele projeto. Então isso foi muito interessante nesse sentido, de que cada um ficou conhecendo as ações dos projetos dentro das suas especificidades e dentro da área temática: da área da saúde, da área do meio ambiente, da área de educação e ouve essa troca eu posso participar do seu projeto a sua participação no meu seria interessante. Então um dos objetivos maior do Fórum foi esse dar a possibilidade para que esse projeto possa se integrar melhor e assim se obter as reais necessidades que são muitas. Primeiro a questão do apoio institucional mais forte, que é uma das dificuldades que tem em termos recursos; é a disponibilização de bolsistas para que os projetos possam ser executados; tem a questão de logística mesmo, que alguns projetos precisam mesmo se deslocar, que atuam em áreas rural e próximo ao campus, isso precisaria de transporte, precisaria de alimentação. São todas essas dificuldades que nós começamos detectar e isso vai resultar em um documento que vai dar um direcionamento em nossa política de extensão.

3) Essas conclusões geraram um relatório ou ta sendo preparado?

– Já está sendo preparado o relatório, porque nós terminamos na semana passada, logo depois veio o feriado, mas a equipe técnica já esta trabalhando com isso, com os grupos de trabalho que foram, ah! Nós dividimos em grupos. **Perguntado se tinha professores e alunos?** Tinha professores, alunos. Toda a comunidade universitária foi convidada. Então foi bem interessante nesse sentido de que alunos participaram, professores coordenadores dos projetos, professores sem ser coordenadores, bolsistas, voluntários também participaram.

4) Qual o critério de escolha do pessoal que vai participar nesses projeto?

– É assim, quando o projeto é montado, o coordenador do projeto geralmente ele indica bolsistas, alunos que trabalham geralmente com ele naquela área de atuação, ele indica o nome para concorrer a uma bolsa, ai então são feitas depois essa seleção no sentido de viabilizar o projeto.

5) Dentro do que foi visto nesse fórum, quais foram os instrumentos importantes para o Sr. fazer uma avaliação e quais dificuldades foram percebidas através dos projetos de extensão?

– Nós sentimos uma dificuldade, isso ficou bem claro para gente que é ainda congrega, chamar todos envolvidos com extensão, isso ainda a gente sente essa dificuldade em que as pessoas as vezes estão lá em seu departamento e fazem o seu projeto e não tem muito das vezes um contato maior com o órgão que faz todo o registro, todo o controle dos relatórios desses projetos. Então isso foi uma das dificuldades que nós sentimos, tanto que nós montamos uma metodologia de trabalho um pouco diferente porque nós não definimos nem data nem hora de apresentação dos trabalhos para justamente não ficar aquilo eu vou lá apresento depois vou embora e participação mínima, ou seja cumprir a minha obrigação que foi solicitada, mas não vivenciei sobre aquela discussão em relação a isso.

A Tânia é uma das nossas colegas lá do departamento da divisão técnica de extensão, então ela pode depois ver se ela conhece mais aquele projeto do UNITRABALHO da professora Cândida, porque eles são do instituto laboro e estão fazendo um trabalho em relação as ações extensionistas, então eles estão me fazendo aqui algumas perguntas e eles queriam alguma coisa sobre esse projeto UNITRABALHO e eu lembrei que tu tinha conhecimento de alguma coisa que pudesse ajudá-los.

Tânia – Tenho. Já é antigo. Das informações dessa parte de cobrança de relatórios, aí ela mandou. E fazia uns anos que não tínhamos nada.

Pró-Reitor – É aquilo que eu estava falando, essa dificuldade. É justamente o propósito do fórum, foi esse, mostrar às pessoas, assim, que a pró-reitoria precisa ter o controle disso. O que ocorria era assim, o professor fazia seu projeto dava entrada aqui e sumia, então a divisão técnica fica cobrando os relatórios, tinham uma dificuldade muito grande, depois dessa nova gestão o DTE começou a ter um controle mais rígido em relação a isso, mandando ofício cobrando e as pessoas começaram a. **Perguntado se existe um tempo institucional desses projetos para prestarem conta?** Existe, todo projeto aprovado ele tem que ter relatório semestral, inclusive até para garantir a manutenção da bolsa dos alunos envolvidos naquele projeto.

6) Os alunos tem que entregar algum relatório junto a PROEX?

Tânia – Também semestral e tem a folha de frequência assinada pelo coordenador do projeto que é mensal.

Pró-Reitor – Eles tem um plano de trabalho que é desenvolvido junto com o orientador, coordenador do projeto e a frequência mensal que é encaminhada. Isto nós estamos agora cobrando de uma forma mais forte, justamente para que se tenha esse controle essa regularidade dessas ações que estão ocorrendo. Porque as vezes era que tinha um projeto que estava aí a dez anos, 15 anos e a universidade não sabia, a pró-reitoria não sabia em que é estava o andamento.

7) Professor, nesse ponto que o senhor falou agora, a quem caberia fazer essa divulgação desses resultados para comunidade e para os alunos?

Pró-Reitor – O dever é nosso, é da Pró-Reitoria, essa é a grande dificuldade que se tem, como fazer essa divulgação, ou seja nós poderíamos utilizar alguns meios, como a produção de uma revista e isso tem uma certa dificuldade. Agora é que o Fórum de Pró-reitores nacional está lançando uma revista on line onde os trabalhos são ????, algumas pró-reitorias já mais antigas em algumas universidades tem já uma revista para publicação nesse sentido, mas nós estamos minimizando isso porque nós fizemos um lançamento desse fórum na página da Pró-reitoria que vai ser um veículo de divulgação, onde foi justamente que colocamos para toda a comunidade que era um momento para gente muito importante porque a página iria poder publicitar todas essas ações extensionistas. E muito das vezes não há conhecimento, dentro do departamento do curso o professor não sabe o que o outro tá fazendo. É uma dificuldade muito grande que se tem para a comunicação. Nós fizemos também o lançamento no fórum do SIEPS, Sistema de Informação, agora nacional, e várias universidades estão implantando, e nós estamos implantando também aqui e também vai ser um veículo para publicar todas essas ações de extensão. Ou seja, os projetos vão estar lá cadastrados e qualquer pessoa pode ter acesso. Por exemplo: eu quero saber o que esta sendo feito na área temática de meio ambiente, então o cara tá lá e ver em nível nacional todos os projetos.

Tânia – os próximos professores coordenadores vão ter já essa obrigação, a obrigatoriedade

Pró-Reitor – deles próprios terão a obrigação de fazerem esse registro.

8) *Eles próprios tem liberdade de promover seminários, de divulgar o seu produto?*

Pró-Reitor – Tem, tranquilamente e isso é uma das coisas até em que a gente quer em quem ancorar essas ações assim. E se possível, apesar de todas as nossas dificuldades orçamentárias, de poder ajudar, na medida do possível poder facilitar isso, por exemplo: o projeto UNITRABALHO que desenvolver um fórum de discussão sobre as ações que ele executa a idéia nossa é que a Pró-reitoria possa ajudar, como também um projeto na área da saúde, da educação. Justamente dar condições para cada projeto possa ter suas ações divulgadas e mostrar seus resultados porque acho que isso é mais importante.

9) *Professor, o fato do projeto já estar vinculado a PROEX, por si já o qualifica como extensão? Nesse sentido qual seria a concepção de extensão que a Pró-reitoria adota?*

Pró-Reitor – Pois é, porque justamente, todas essas ações que um projeto busca ele pode estar relacionado a ação extensionista, ele pode estar relacionado à ação de ensino e ele pode estar relacionado à ação de pesquisa. Então, o projeto pode ter todas essas ações, mas o quê que acontece, para que esse projeto seja registrado, um exemplo, ele vai desenvolver ações de extensão e de pesquisa, então ele precisa ser registrado na Pró-reitoria de extensão e ele precisa também ser registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa, porque ele vai desenvolver ações que vão trabalhar nessas duas dimensões, tanto de extensão como de pesquisa, porque muitas das vezes as ações extensionistas geram pesquisa, como as ações de pesquisa geram ações extensionistas, estão interligados. E isto é uma das coisas que a gente quer trabalhar bem mesmo com os projetos e se descobriu até isso nas apresentações do fórum que às vezes tem projetos em que acaba se tendo um direcionamento para pesquisa enquanto a ação está bem ali do lado e, às vezes, o cara não tá olhando. “Poxa eu poderia dá um direcionamento agora aqui para a essa ação extensionista”. E iria melhorar e atuar de uma forma bastante forte dentro daquilo que eles estariam trabalhando.

10) *Professor, que etapas o Sr apontaria para qualificar uma ação extensionista, esse aqui é extensão?*

Pró-Reitor – Bem de acordo com a nossa resolução, temos um plano nacional de extensão que dita, então são vários tipos de ações que podem ser caracterizadas, cursos, eventos, voltados para a comunidade, com direcionamento para a comunidade e assim tendo aquela ação um bem direcionado, os envolvidos no projeto alunos, professores indo a comunidade, apresentando a comunidade o resultado e recebendo também da comunidade o retorno. Aquela troca sociedade academia, porque não é só aquela coisa da academia levar para a sociedade aquilo que acha que é de sua competência e é de seu conhecimento maior como se a sociedade não tivesse e sim interage com o saber da comunidade que alimenta descobre outros braços para pesquisa traz para cá leva de volta. Essa é uma dinâmica bem interessante que o Plano Nacional de Extensão está colocando para acabar com aquela visão assistencialista de extensão de quando começou. Pois quando a gente vai buscar La nos primórdios da extensão a coisa era muito assistencialista ou então quando não era assistencialista era a academia que detinha todo conhecimento e ia até uma comunidade e ditava, olha a partir de agora vocês vão tomar café porque café faz bem a saúde, enquanto que eles tomavam um outro produto, chá, que resolvia o problema do mesmo jeito.

11) *Nesse fórum o Sr. percebeu que nestas ações extensionistas a sociedade tem dado retorno ou tem sido dado retorno para sociedade nesses trabalhos?*

Pró-Reitor – A resposta é muito boa, porque as ações tem sido vinculadas, e assim, há a participação pelo menos no que a gente viu na apresentação, assim resultados fantásticos, por exemplo aquele exemplo:

aquele projeto de educação física de dança grupo de dança do ventre ???, ou seja, tem pessoas que estavam em situação de risco, drogas e hoje que estão assim, a professora apresentou resultados bem interessante no acompanhamento de um longo período, Tânia o quê que aquele projeto beneficiou?

Tânia – no início a porcentagem lá de gravidez na adolescência e depois de alguns anos de trabalho esse percentual abaixou porque ela faz todo esse trabalho.

Pró-Reitor – O projeto tem uma ação mas associada aquela ação de esporte e de lazer tem outras ações que estão paralelas aquela aquilo ali que diminui o índice de gravidez na adolescência, de grupos que tinha um percentual de 15 que tinha gravidez precoce isso caiu para 2 para 3, ou seja é um resultado dessas ações desses projetos.

12) No comentário dos professores foi percebido que há um ganho de fato para os acadêmicos que estão participando desses projetos?

Pró-Reitor – Sim, os próprios acadêmicos relatam isso, ou seja, que a convivência que eles tem dentro dessas ações para eles é um aprendizado muito grande, a vivência que eles tem e eu até posso te afirmar isso categoricamente porque como coordenador de curso durante muito tempo a gente manda muitos alunos para estágios, não só envolvidos com ações extensionistas e o relato deles em relação a esse aprendizado lá fora é muito grande e isso é interessante porque começa o aluno a provocar uma discussão grande dentro dos cursos de que essas ações extensionistas devem estar inseridas no currículo desses alunos. Isso já é uma exigência nas novas diretrizes curriculares de todos os cursos de um percentual se eu não me engano de 10% que esse currículo do aluno seja complementado com ações extensionistas, que ele esteja envolvido com ações extensionista.

13) Professor o fato da UNITRABALHO, que é nosso foco, que faz pesquisa no campo do trabalho principalmente com os programas do governo. O governo quando solicita, é via PROEX ou é diretamente na UNITRABALHO que se dá essa escolha ?

Pró-Reitor – O projeto é quem tem a relação direta com quem é o financiador do projeto, o governo lança os editais aquela coisa toda, as pessoas concorrem participam daquele edital, então eles apresentam e tudo é relacionado diretamente com aquele órgão que está vinculado através de relatórios são encaminhados para a PROEX e os relatórios são encaminhados ao proponente, ministério, secretaria do gabinete da Pró-reitoria, então passa por aqui para nossos encaminharmos esses relatório. Por exemplo O ??? que é um projeto nacionalmente conhecido, os relatórios também passam por aqui, o conexão do saber que também é outro projeto de nível ministerial, todos eles são encaminhados aos órgãos.

14) Então os núcleos de extensão tem liberdade para promoverem as suas parcerias?

Pró-Reitor – Sim

15) E o fato desses projetos conterem alunos da UFMA, isso não geraria assim, uma obrigação de acompanhamento do que esses alunos estão fazendo? E como seria esse acompanhamento? A seleção desses alunos é via Pró-reitoria ou os professores vem a PROEX e dizem são esses que vão participar.

Pró-Reitor – É basicamente isso, o coordenador do projeto seleciona seus alunos e encaminha para cá o projeto com a relação daqueles alunos que vão participar desse projeto.

Tânia – tendo alguns critérios que ele observe na seleção, aluno tem que está no mínimo no 3 período, apresentar um plano de trabalho, afinidade com a área.

Pró-Reitor – Um grande problema que nós temos aqui, é assim, é no quantitativo de pessoal, digamos assim nosso quadro da divisão é muito pequeno, que pudesse fazer essa fiscalização, então elas não tem condição de fiscalizar porque o ideal seria isso o acompanhamento, ir até o projeto para justamente verificar isso, se o aluno não está sendo utilizado de uma forma errada, se ele está tendo uma participação efetiva ali com uma função tutorial do coordenador porque essa a função do coordenador, ser um tutor daquele aluno e não botar o cara lá para executar aquela função e ir embora e deixar o indivíduo lá sozinho perdido. Então o que a gente sempre vê e o seria ideal é que isso se procura ver nos relatórios o quê que o coordenador executou com os alunos, se ele faz discussões, seminários, se eles foram fazer uma ação em tal lugar assim assado, se depois daquilo houve um processo de discussão a análise dos resultados que foi visto. Isto seria o ideal, a gente só pode cobrar isso assim através de relatórios mas não in loco porque não se tem esse quantitativo de pessoal para isso.

16) E após esses projetos de extensão, os alunos realizam alguma produção, como por exemplo: publicação, seminário, ou até monografia?

Tânia – Quando eles apresentam o relatório eles já anexam apresentação de trabalhos em eventos, monografias, e em disquete também. Até um tempo atrás nós não pedíamos tanto, mas o MEC tem passado a exigir então já fazem alguns anos que a gente já tá enviando também produções.

Pró-Reitor – Isso é uma coisa interessante, porque a gente tem um perfil desses alunos. Como a pós graduação já vinha fazendo a mais tempo em relação a isso. Por exemplo, geralmente eles fazem pesquisa em relação a alunos que participam de iniciação científica, o percentual desses alunos que são direcionados a pós graduação é muito grande, o aluno que faz iniciação científica

ANEXO C - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Aluno A, bolsista da UNITRABALHO/UFMA

Data:

1) Seu ingresso na UNITRABALHO se deu por meio de uma prova, uma seleção ou foi um convite pessoal?

– Fui aluna da Professora Cândida no segundo período do Curso de Serviço Social e, quando a outra estagiária estava em fase de conclusão de curso e estagiava na Prefeitura, na Secretaria de qualidade de vida, que tem na UFMA, fui convidada para participar do projeto Avaliação do PLANTEC, em meados de 2005, onde me encontro até hoje.

2) Antes de receber o convite para ingresso no projeto, já havia ouvido falar da UNITRABALHO/UFMA?

– Não, só soube através da Professora quando a mesma apresentou o projeto.

3) A respeito da sua visão sobre a UNITRABALHO, com base nos projetos que participa ou participou, em que áreas você enquadraria tais projetos, em relação ao tripé da universidade ensino-pesquisa- extensão ?

– Penso que a UNITRABALHO trabalha ensino-pesquisa-extensão. Por exemplo, a avaliação da qualificação profissional (projeto do qual participei) não seria possível sem a pesquisa, pois não poderia partir para tal avaliação sem conhecer a problemática para intervir.

4) O que seria extensão universitária de acordo com sua percepção?

– É a única forma de devolver a sociedade o que é produzido como forma de resgatar a dívida que a universidade tem com a sociedade e que esse resgate feito pelos projetos da UNITRABALHO ainda é pouco.

5) Quais os benefícios que a experiência na UNITRABALHO trouxe para a sua vida no âmbito pessoal, profissional e acadêmico?

– A experiência vivenciada me tornou mais humana pelo fato de vivenciar a realidade da relação sociedade-trabalho e trouxe benefício a minha vida profissional enquanto assistente social. E, em minha vida acadêmica, me trouxe maturidade do tema para minha monografia e pontos curricular através de produção de artigos, participação de congressos.

6) Além da avaliação a UNITRABALHO poderia, com sua experiência e com seus profissionais, partir para intervenção ou até para a qualificação dessas populações envolvidas no projeto? Pois ficando somente na avaliação não seria algo limitado?

– A execução da política pública fica a cargo das secretarias estaduais e como é uma questão técnica da Secretaria Estadual do Trabalho e da Economia Solidária, que é responsável pela articulação política, é quem solicita a avaliação da qualificação do trabalho através do levantamento das demandas dos Municípios. E após a avaliação, é competência da mesma monitorar o desenvolvimento dessas qualificações com o auxílio do Ministério do Trabalho, para avaliar tais qualificações o que não tira o papel da Secretaria de fazer o monitoramento. Por fim, qualquer implementação da política é a cargo da Secretaria. Por isso que nosso trabalho é a avaliação, pois fomos contratados para avaliar e por pesquisar setor profissional em que a secretaria deve intervir para melhorar a qualificação profissional

7) Qual a contribuição dos projetos para comunidade? Se chegou a ter contato com a comunidade ?

– Na questão do PNQ tive maior contato com os educandos, pois se tratava da avaliação do curso de qualificação, através da aplicação de questionários, avaliação pedagógica e relação Professor/Aluno. E o momento mais importante é apresentação do seminário, pois lá estarão presentes todos os envolvidos (pesquisadores, coordenadores, trabalhadores) onde é exposto os problemas detectados e onde deve ser melhorado, pois é importante que todos os envolvidos saibam a importância das ações definidas a partir desse momento.

8) Houve alguma experiência ou fato que marcou nesse trabalho com a UNITRABALHO, no contato com as comunidades, que você irá levar como experiência?

– uma experiência que me marcou muito foi quando fui para Fortaleza fazer lá curso de formação de conselheiros, porque no caso a gente faz a contrato com o curso através de convênio entre o Ceará, Maranhão e Piauí. E esse curso aconteceu lá em Fortaleza. E aí, até então, essa questão social do controle da política para mim era uma questão muito vaga e eu acho que não tinha aprofundamento. Então como monitora eu me encontrei meio perdida por não saber o que iria encontrar por lá, porque meu Deus eu não sabia nem o que era isso. Quando eu cheguei lá e a gente começou o curso e a expor as expectativas, eu comecei a perceber que esta questão do controle social dos conselheiros no trabalho, especificamente a sua atuação o seu papel dentro do conselho. Essas inquietações e a demarcação com precisão do seu papel não era só uma questão minha era uma questão dos próprios conselheiros. Aquela questão de que realmente o conselho é um órgão fiscalizador de homologação de qualificação. Qual é a função do conselho na verdade. Nesse momento para mim foi uma mistura de angústia e, ao mesmo tempo, satisfatória porque não sou só eu que não estou sabendo direito. E tanto que me marcou que foi o que fez justamente eu estar escrevendo a minha monografia sobre a atuação dos conselhos dentro do controle social, porque acho que a busca por essas informações para elaboração desse material vai ser de grande ajuda, não só para mim no aprofundamento desse conhecimento, mas para eu poder ter acesso e assim a questão do controle social ficar um pouco mais visível porque é uma questão da sociedade civil.

9) No final do projeto há a obrigação de apresentar algum relatório, seminário, artigo ou algo do gênero para a universidade ou para o curso de vocês? Se o tempo que vocês passaram aqui, vale como hora complementar ou alguma coisa como retorno para a universidade?

– Há sim, no meu caso é um estágio extra-curricular. Então, tenho que prestar conta é com a PROEX onde apresentamos o projeto como extensão e temos que apresentar relatório, isso a unitabalho. Mas se fosse estágio curricular teria que apresentar todos os procedimentos como qualquer outro estágio. Não há uma produção formal do que foi produzido por nós durante a permanência no projeto e sim reuniões informais

10) Há algum seminário dentro da universidade para divulgação do relatório que a UNITRABALHO tem que apresentar a PROEX? E o que achava que poderia melhorar nessa divulgação dentro da própria universidade?

– Acho que deveria haver um mecanismo para divulgação dos projetos, como seminário encontros próprios de projetos. Porque, às vezes, a gente faz o projeto envia o relatório para o PROEX e fica lá no arquivo, o que poderia ser utilizado para despertar o interesse de futuros pesquisadores, não só dentro da universidade como também de qualquer pessoa que tenha interesse.

11) Qual a importância da UNITRABALHO dentro da universidade UFMA, enquanto projeto que inter-relaciona vários cursos e enquanto instituição ligada ao ensino superior?

– Eu acho o meu projeto, que eu ajudei a desenvolver aqui, de certa forma, foi importante como forma de resgatar o papel social da universidade. De certa forma, está dando uma resposta. E isso é valorizado pela UFMA, pela Reitoria, Pró-reitoria? Acho que sim, por todos os convênios da UNITRABALHO serem renovados e os projetos acontecerem sem pressão e obstáculos por parte desses setores. Acho que a questão da visibilidade do Turismo é que deveria acontecer de forma mais efetiva. Ter a professora como coordenadora é interessante porque ela tem um currículo que nos traz reconhecimento e aprendizagem, no que concerne a experiências e a metodologia de pesquisa, por ter sido bolsista dela.

ANEXO D - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Aluno B, bolsista da UNITRABALHO/UFMA

Data: MAIO 2008.

1) Seu ingresso na UNITRABALHO se deu por meio de uma prova, uma seleção ou foi um convite pessoal?

– Recebi o convite da Professora por ser aluno do curso de Turismo, em 2006, para participar do Projeto Brasil meu negócio é Turismo.

2) Antes de receber o convite para ingresso no projeto, já havia ouvido falar da UNITRABALHO/UFMA?

– Soube da existência da UNITRABALHO através da Professora, quando ela apresentou o projeto.

3) A respeito da sua visão sobre a UNITRABALHO, com base nos projetos que participa ou participou, em que áreas você enquadraria tais projetos, em relação ao tripé da universidade ensino-pesquisa- extensão?

– a UNITRABALHO trabalha o ensino por tratar de capacitação; extensão por trabalhar com membros da comunidade.

4) O que seria extensão universitária de acordo com sua percepção?

– a extensão tem o papel de resgate social e, no curso de Turismo, ainda tem muito o quê evoluir.

5) Quais os benefícios que a experiência na UNITRABALHO trouxe para a sua vida no âmbito pessoal, profissional e acadêmico?

– A experiência no Projeto foi significativa pelo contato com as pessoas da comunidade e a realidade na qual elas estão inseridas e que o ganho profissional e acadêmico foi a oportunidade de analisar o projeto turístico idealizado pelo Governo para aquela comunidade, geralmente de cima para baixo e a discrepância entre o idealizado e a real condição delas. E a oportunidade de conhecer *in loco* a realidade turística do Maranhão para confrontar o que é apresentado em forma de textos e relatos na academia, o que nos faz perceber a gritante diferença do desejado pelas políticas nacionais e a real necessidade do local. E para a vida profissional, a ação praticada no projeto, me fez que direcionasse minha monografia para o seguimento de planejamento de Marketing e seguimento mercadológico, tendendo como tema de sua monografia o Planejamento Sustentável de alguma localidade.

6) Além da avaliação a UNITRABALHO poderia, com sua experiência e com seus profissionais, partir para intervenção ou até para a qualificação dessas populações envolvidas no projeto? Pois ficando somente na avaliação não seria algo limitado?

– No projeto, “Brasil o negócio é turismo”, tem se trabalhado com capacitação de membros da comunidade com o auxílio da Fundação Roberto Marinho, que faz parte também do Projeto. Que seguia um modelo nacional onde seriam qualificados os monitores que passariam para comunidade essa capacitação, foi feita no Hotel Brisamar, onde as aulas foram administradas pelo pessoal da fundação Roberto Marinho com o auxílio de contraposições através das experiências dos alunos (pessoas de Alcântara, Barreirinhas e São Luís) ao conteúdo dado. Provocando uma adaptação do conteúdo e forma da capacitação a realidade da comunidade. Embora, ao meu ver, algumas coisas ficaram falhas, mas adaptou bastante.

7) Qual a contribuição dos projetos para comunidade? Se chegou a ter contato com a comunidade ?

– No meu caso, a metodologia dele, a cada etapa tinha uma avaliação, tínhamos que mandar a avaliação para a fundação Roberto Marinho. E depois que terminou o curso deveria ter uma avaliação o que não houve, só tem a avaliação durante o curso. Até o último dia do curso foi ministrado aula, aí teve a avaliação do que os alunos acharam. Depois não teve uma avaliação junto à comunidade, para saber se eles colocaram em prática o que aprenderam, não sei se houve essa avaliação depois do projeto Ministério do Turismo. Mas, no projeto, só tinha a cada etapa sobre as opiniões dos educandos e educadores sobre o que acharam e como melhorar a capacitação.

8) Houve alguma experiência ou fato que marcou nesse trabalho com a UNITRABALHO, no contato com as comunidades que irá levar como experiência?

– Uma coisa que achei interessante foi em Paulino Neves quando fui fazer a divulgação. Achei interessante, porque chegando lá na cidade é de difícil acesso indo de barreirinhas para lá. Mas o que me marcou muito foi que, ao chegar, foi perceber que a comunidade é muito atuante. A sede com os povoados, pois estava tendo várias reuniões lá e a comunidade participa mesmo e todo planejamento que tem de forma bem atuante e organizada de forma simples, mas todo mundo dá a sua contribuição, achei bem interessante. E na capacitação turística todos queriam fazer até os que não tinham os pré-requisitos. Tem uma história de uma senhora que, mesmo sem saber qual era o curso, ela queria fazer, porque um moço havia dito que haveria um curso e senhoras que queriam fazer a inscrição do curso para que assim eles tivessem uma ocupação e saíssem da rua. E também a preocupação dos moradores com o futuro asfaltamento da cidade e do seu acesso, a questão da invasão turística desordenada do seu Município e a preservação do seu natural. Ainda mais que em Paulino Neves as dunas são praticamente dentro da cidade e não é que nem barreirinhas que tem que pegar transporte para chegar nas dunas. O suporte nessas atividades, às vezes, é dada pela Prefeitura através do secretário de turismo, no que concerne a mobilização da comunidade

9) No final do projeto, há a obrigação de apresentar algum relatório, seminário, artigo ou algo do gênero para a universidade ou para o curso de vocês? Se o tempo que vocês passaram aqui, vale como hora complementar ou alguma coisa como retorno para a universidade?

– Apesar de não ter produzido nada formal sobre as experiências no projeto, sempre falo em sala como relato de experiência das atividades do projeto com o intuito de divulgar tais atividades.

10) Há algum Seminário dentro da universidade para divulgação do relatório que a UNITRABALHO tem que apresentar a PROEX? E o que acha que poderia melhorar nessa divulgação dentro da própria universidade?

– Acho que deveria ter uma forma de tornar notória as ações da UNITRABALHO, e acho também que não é só na UNITRABALHO, vários cursos, digamos assim, não possuem uma ligação entre eles e seus núcleos. Por exemplo, uma amiga do curso de Turismo me disse que queria fazer uma pesquisa da área de turismo e eu indiquei onde ficava o núcleo PDTU dono de um acervo considerável na área de turismo. Ou seja, um aluno do curso não conhecia a existência desse núcleo. O que caracteriza a falta de divulgação da produção das áreas do conhecimento da universidade e como o curso de Turismo, digamos assim, é multidisciplinar, porque podemos trabalhar várias temáticas, ficamos atento à produção das outras áreas, mas como não há na universidade essa articulação entre áreas distintas, procuramos pela própria iniciativa nos pormos a par dessa produção acadêmica.

11) Perguntado sobre a importância da UNITRABALHO dentro da universidade UFMA enquanto projeto que inter-relaciona vários cursos e enquanto instituição ligada ao ensino superior?

– Acho que a UNITRABALHO tem uma boa visibilidade e acho que a pro reitoria tem um forte impacto, porque como a Estudante A falou os convênios são sempre renovados, os projetos são apoiados digamos assim, sem falar também que na UNITRABALHO a gente pode falar da Professora Cândida que é a coordenadora aqui do maranhão e muito ligada ao coordenador nacional, tendo uma ligação forte com a nacional por isso a daqui esta sempre atuante. Eu acho que a unitrablho daqui é muito atuante a nível nacional por isso estando sempre ligada a nacional e a nordeste.

ANEXO E - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Representante do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão
Dia: JUNHO 2008

1) Nós procuramos através desta entrevista colher informações sobre a atuação da UNITRABALHO, na prática, em algumas coisas relacionadas ao mundo do trabalho.

– Eu faço parte da coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão que é um espaço que congrega várias organizações da sociedade civil e do poder público que tem ação direta e indireta com esse mundo da economia solidária, quando a gente fala da economia solidária, estamos falando da produção através da alta gestão com grupos produtivos, associações de trabalhadores, cooperativas. Então a gente faz parte desse espaço que é um espaço de articulação política desse movimento que atua pelo fortalecimento desse tipo de economia no Maranhão.

2) Esse Fórum existe desde quando?

– Ele começou a se articular a partir de 2002/2003, eu não sei com precisão data pois minha memória não é muito boa para datas e eu não estava no início da criação do fórum, comecei a participar a partir de 2005/2006

3) Esse evento que teve recentemente, no qual participou o professor Roberto Mauro, e alguém de Cuba era relacionado a questão do mundo do trabalho?

– Não o que foi promovido pelo SEBRAE ou foi? Os dois eventos que participamos recentemente foi o do Comércio e agente de qualidade promovido pelo SEBRAE que teve um representante do Fórum, não foi quem participou, então não sei se foi esse. E teve um outro também, um Orkshop pelo mundo do trabalho, mas eu não participei também por esta viajando, logo não sei te dizer.

4) Esse Fórum é Estadual, ligado a Secretaria de Trabalho de Economia Solidária?

– É estadual. Não, o fórum é anterior a Secretaria, ele é um fator de articulação da luta política, a secretaria faz parte em atuação, mas o fórum não é ligado á secretaria, tem sua autonomia, tem seu sistema próprio de funcionamento que independe da secretaria, na verdade a secretaria já foi a partir de uma reivindicação do fórum. Nesse processo de transição do governo anterior para o governo atual foi apresentado uma proposta de criação da secretaria pelo fórum e que vingou, logo o fórum tem toda a sua autonomia em relação a secretaria.

5) E sobre o seu conhecimento a respeito da participação da UNITRABALHO nesse fórum?

– A participação da UNITRABALHO, se dá tanto na questão do mapeamento dos empreendimentos de economia solidária do Maranhão, foi eles que coordenaram a execução desse mapeamento e também eles são colaboradores ativos do funcionamento do fórum a partir da colaboração técnica, elaboração de projetos, na realização de palestras, formação, oficina e também a participação ativa como membro do fórum de economia solidária. Assim como a Cáritas, Associação Tijupá, a Delegacia Regional do Trabalho, dá a sua colaboração, eles também tem dado sua colaboração com um grau diferenciado porque eles tem todo esse acúmulo técnico que vem da própria universidade que da aporte na parte de formação e na parte de pesquisa.

6) A sua relação com a UNITRABALHO é só através do Fórum ou a Sra já teve oportunidades através de outros trabalhos que a UNITRABALHO desenvolve?

– Não, é a partir do fórum. Nossa relação é a partir do próprio fórum de economia solidária, que é acompanhada com toda atuação da UNITRABALHO, porque é assim, minha própria atuação é muito restrita,

porque eu viajo muito, meu trabalho é viajando bastante para fora do maranhão, então eu não tenho condição de acompanhar a agenda deles.

7) Para que haja esse trabalho conjunto entre o fórum e a UNITRABALHO, vocês os convidam ou eles é que convidam vocês, em suma como se dá esse entrelaço entre vocês?

– Na verdade a UNITRABALHO faz parte do fórum de economia solidária, integram como uma das organizações que articula a luta pela economia solidária do maranhão e aí eles são demandados quando há a necessidade, por exemplo: a realização da conferência estadual de economia solidária, ele foi representado através da professora Cândida Costa, todo o panorama da economia solidária no maranhão, a palestra da conferência que dá toda essa realidade, como é que a economia solidária esta organizada no maranhão, foi eles que trouxeram a pesquisa apresentada que subsidiou todo o trabalho. Quando a gente vai elaborar os projetos, a gente conta também com a colaboração deles, nós temos pessoas do nosso fórum que colaboram, como eu, o pessoal do Tijupá, outros colabores, mas também a UNITRABALHO é chamada para dar a sua parcela de contribuição na elaboração de projetos. Nós fizemos as férias de economia solidária, em todas as duas feiras nós fizemos momentos de palestras, de oficinas de qualificação de empreendedores, então a UNITRABALHO é chamadas por nós e eles atendem e realizam atividades de formação para esta qualificando os empreendedores. Então é assim como os outros integrantes do fórum, porque o fórum não é uma outra entidade, ele é um espaço de articulação, ele não tem personalidade jurídica, ele é assim, a sua existência se dá pela atuação dos seus membros e que tem um projeto político que é o fortalecimento da luta pela economia solidária do maranhão e aí esses atores vão interagindo e vão cada um dando cada um a sua colaboração e a UNITRABALHO tem dado uma colaboração significativa a causa da economia solidária do maranhão de uma forma bastante importante principalmente na área de pesquisa e informação.

8) Então a Sra. considera a UNITRABALHO essencial nesse trato com as questões da economia solidária aqui no estado?

– Sim, é importantíssimo essa colaboração que eles desenvolvem, um trabalho técnico, político e que vem para ajudar essa luta para fortalecer esses empreendimentos da economia solidária no maranhão, esse mapeamento que foi feito, que identificou todos os empreendimentos que tem haver com a economia solidária no estado é de vital importância para que a partir desse mapeamento a gente esta orientando a nossa convenção, nós elaboramos recentemente um projeto do Banco do Nordeste do fundo participativo solidário, toda nossa fundamentação foi feita em cima dessa pesquisa e nós vamos executar todo o projeto contando com essa base de dados da pesquisa. Outra contribuição que eles deram muito importante, eu não tenho conhecimento profundo, mas é o comprometimento deles com a causa lá do pessoal de Rosário, que houve todo aquele problema, aqueles prejuízos com aquele povo, e a UNITRABALHO esta bastante engajada buscando forma de colaborar, eu não sei se eles já conseguiram algo mais de concreto, mas tem toda essa luta deles com aquela causa, que eu acho que é fundamental para que a gente possa avançar nessa perspectiva da alto gestão no estado do maranhão.

9) Fora essa questão, a Sra. teve a oportunidade de conhecer algum aluno que trabalhe com a UNITRABALHO da Universidade Federal, teve algum contato ?

– Sim, com os estudantes do curso de economia, que colaboraram inclusive com o próprio órgão, nas atividades indo para reuniões, representando o projeto na organização da conferência, das feiras, ajudaram a aplicar as pesquisas que a gente fez por ocasião das feiras junto aos empreendedores. Então a gente contou com a colaboração de alguns alunos, tem um que assim, teve uma colaboração muito maior em certos períodos era estudante de economia e durante a feira a gente contou com a ajuda de alguns outros alunos ajudando na explicação de algumas pesquisas junto aos empreendedores.

10) A Sra. acredita que a participação deles nessas reuniões, nesses encontros, pode ter sido bastante relevante para a formação universitária deles, do futuro profissional deles?

– Eu acho que é fundamental, a partir daí é que eles tem contato com a realidade como ela é. E é a oportunidade de tá se envolvendo com todo o aprendizado que eles acumulam na Universidade pra sociedade. E acho que essa troca é que permite amadurecimento, maior nível de responsabilização com as causas sociais. Eu acho que o estudante que passa por uma experiência dessa é diferente de um outro que esta lá só na academia, muito distante da realidade que vive o povo brasileiro e o maranhense em especial. Com certeza não é o mesmo profissional. É a pessoas que traz uma bagagem a mais no nível de sensibilidade, um olhar diferenciado que pode ajudá-lo a ser um profissional cada vez melhor

ANEXO F – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Professor Roberto Mauro Gurgel, um dos fundadores da UNITRABALHO/UFMA

Dia: AGOSTO 2008

1) Prof. Por favor, nos relate como se deu esse processo de criação da REDE UNITRABALHO, em qual bojo sócio-econômico se deu esse processo todo?

– Pois não. Eu acho que aí teria que talvez se falar um pouco sobre os meus locais de engajamento. Então na UFMA sempre eu tive engajamento forte na extensão universitária que é o processo de relacionamento da universidade com a sociedade. Outra coisa, eu também sempre tive militância no movimento estudantil, no movimento docente, então eu fui vice-presidente da APRUMA. E nessas duas condições tanto ocupando uma função institucional na extensão como também a nível da questão da militância política aí a gente foi sentindo a necessidade de ter alguma experiência que fosse uma experiência que relacionasse o trabalho da extensão com a questão do setor trabalho. E nesse ínterim surgiu a idéia da UNITRABALHO a partir do grupo lá de São Paulo. Bom, então a idéia, o pai mesmo da história se chama Florestan Fernandes. Florestan Fernandes foi uma das figuras maior da sociologia, da educação, e ele era uma figura de visão socialista e foi responsável pela formação de muitas cabeças a nível desses movimentos do trabalho no Brasil, o próprio LULA referência muito Florestan Fernandes. Bom, aqui no MA. Quando começou a discussão dessa idéia da UNITRABALHO, nós chegamos a nos reunir com o próprio grupo de militância da associação dos professores e o Reitor da Universidade naquela época pediu que eu ficasse como articulador e nesse sentido houve um encontro lá em São Paulo no teatro do Tuca. Lá, ainda vivo Florestan Fernandes, e nesse momento foi assinado o protocolo de intenção e a universidade do Maranhão foi uma das universidades que aderiu a UNITRABALHO. Voltando, nós começamos a implementar a experiência e tentamos ver como é que a gente levava a coisa a frente, mas, confesso que as dificuldades foi muito grande. A própria questão do interesse. Não foi assim um interesse imediato, que todo mundo achasse a coisa importante e a gente fez assim contato com o curso de economia, fizemos contato com o grupo de serviço social, tínhamos um contato com o pessoal da educação, enfim assim aqueles que seriam mais próximo da discussão do trabalho e que a gente sentia que havia mais repercussão a nível da idéia. Tentamos também envolver alunos através do diretório central dos estudantes, então foi um começo assim, digamos, muito mais organizacional do que institucional. A universidade ela não deu assim tanto apoio ao surgimento do programa da UNITRABALHO. E esse foi assim o momento do início e nós começamos fazendo assim reuniões sistemáticas e também fizemos alguns encontros pra discutir essa própria proposta que foi lançada a nível de Brasil lá pelo Florestan Fernandes.

2) Prof. O Sr. Foi o primeiro presidente ou coordenador do núcleo UNITRABALHO/UFMA?

– Eu fui assim o primeiro responsável, não tinha assim essa estrutura de núcleo UFMA, era muito mais um grupo de trabalho. Eu fui o articulador do grupo de trabalho e fui chamando as pessoas que poderiam representar em nível de seus respectivos departamentos a idéia da UNITRABALHO.

3) Quem lhe sucedeu foi a professora Cândida?

– Não, antes da Cândida teve a presença de um grupo, a Prof.^a Valéria, teve também um grupo de professores que era vinculado principalmente ao doutorado de políticas públicas, então depois de algum tempo alguns professores assumiram essa idéia e eu me lembro bem que uma das pessoas que mais trabalhou foi a Prof.^a Valéria. E aí houve uma aproximação com os próprios programas do governo federal nessa época que o pessoal das políticas públicas assumiu e a parti dessa aproximação chegou-se a fazer levantamento a nível de realidade aqui no Maranhão mas, revelo que e uma época que eu já não estava mais na universidade. Deixei a universidade por volta de 1994, nesse momento é que o grupo começou a dar essa dimensão mais pragmática a nível da experiência.

4) Na sua concepção essa aproximação do núcleo UNITRABALHO com os programas do governo, não aproximou a função da Rede UNITRABALHO como assistencialismo?

– Não, porque a UNITRABALHO a própria dimensão dela não podia ser assistencialismo, porque ela é inserida num movimento sindicalista internacional, ela tem muito haver com um sindicalismo mais autêntico e aí o sindicalismo não é só um mecanismo que vai propiciar a negociação salarial. Mas, o sindicalismo tem muito haver com a própria questão dos destinos dos trabalhadores. Por exemplo: Lá na Itália tem uma aproximação do sindicalismo com a questão da formação permanente, lá a própria legislação ela tem um item que estabelece que os trabalhadores possam ter um tempo anual dedicado à questão da formação. Nos Estados Unidos também, o sindicalismo de lá, eu não diria o sindicalismo todo, mais algumas centrais sindicais tem muito essa preocupação de formação e de uma discussão política no sentido de melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Então era quase que impossível pelo próprio grupo que assumiu nacionalmente chegasse a essa dimensão de assistencialismo. Era muito mais uma preocupação com a promoção de levar a universidade a estudar essa questão do sindicalismo, estudar essa questão da organização dos trabalhadores pra que a gente pudesse ter alguma contribuição nesse sentido.

5) Prof. Tinha algum enfoque com a questão da extensão universitária?

– Não, porque a extensão universitária mesmo sendo essa forma de relacionamento da universidade com a sociedade, não representava a universidade trabalhando no sentido do segmento dos trabalhadores. A universidade contribuiria através dos seus estudos pra produzir alguma coisa no sentido da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, das condições de trabalho, das condições inclusive da formação. Porque a idéia seria sempre ter na Rede UNITRABALHO um instrumento de apoio à organização dos trabalhadores.

6) E quanto o resultado para os alunos que participavam deste projeto a nível de extensão universitária?

– A participação prevista era muito maior dos professores do que dos alunos, porque como era um trabalho que tinha envolvimento de pesquisa, um trabalho que tinha um envolvimento da formação, então aí que se procuraram muito mais a aproximação com os professores e os alunos entravam como estagiário, mas, entravam muito mais para apoiar o trabalho dos professores. Não era assim, no sentido de eles serem os atores sociais centrais. A preocupação seria de que a UNITRABALHO servisse para a universidade aproximar-se do movimento sindical fazer um trabalho de formação muito melhor. Porque se criticava essa formação dado ao movimento sindical e ainda hoje eu acho que a gente critica porque a gente vê que muitas vezes não são capacitações qualificadas que se dá aos trabalhadores.

7) O Sr. Classificaria o projeto UNITRABALHO a nível nacional como sendo extensão universitária ou uma forma de extensão universitária?

– Do ponto de vista da universidade sim. E eu acho que a extensão universitária no caso ela seria muito rica se aproveitasse melhor essa relação com o segmento trabalho, mas, acho que a universidade não tirou da experiência na época em que agente viveu aquilo que poderia ser um fruto do trabalho muito mais profícuo. Eu acho que a experiência ficou muito no sentido da gente articular, e não caminhou muito assim no sentido mais prático. Depois é que houve mais essa aproximação com os projetos governamentais e conseguiu-se esse apoio e hoje há digamos, uma visibilidade maior a nível da estrutura da universidade.

8) Prof. Percebemos nas nossas pesquisas a questão conceitual da extensão universitária evoluiu muito, mas, a praxi para chegar a esses conceitos ainda está engatinhando. O que o Sr. Ver ou como o Sr. ver nesse processo de crescimento até chegar à questão conceitual da Rede UNITRABALHO, a intenção dela é promissora ou não, pra chegar a esse ideal de extensão universitária?

– Olha a extensão universitária eu acho que a gente pode qualificá-la, eu inclusive tenho alguns textos escritos sobre isso, mas a extensão pode se verifica numa forma de uma função da universidade e numa dimensão processual.

Então como função da universidade, a gente naquele conceito clássico: ensino-pesquisa-extensão. A extensão ela se executa independentemente ou associadamente com o ensino, independentemente ou associadamente com a pesquisa. Cada coisa teria uma contribuição. E a extensão pode ser ligada ou pode ser desligada. Ela cumpre a função de responder esse relacionamento da universidade com a sociedade.

A outra dimensão que é a processual. Ver a extensão como sendo alguma coisa que passa pelo próprio ensino, e passa pela própria pesquisa. Ex. o processo de aprendizagem se ele feito só com base na teoria ele é parcial, então a extensão universitária propicia essa possibilidade de que você coloque em prática aquilo que a teria de dá como conhecimento. Por ex. no caso com da experiência do trabalho a UNITRABALHO teria que consulta a própria teoria referente ao sindicalismo a questão do trabalho teria de separar nas próprias concepções marxistas, são a base principal na questão do trabalho, mas, ela teria também, colocar em prática essas coisas, pra ver como é que a teria se coloca na prática e aí se dá um processo de extensão por via do ensino.

Outra coisa, na educação superior se pensa muito no ensino dentro da sala de aula, a gente sabe que muitas das vezes na realidade, se aprende muito mais do que dentro do espaço da sala de aula.

Outra coisa mais, a própria forma de como se desenvolve a forma do aprendizado, a nível da educação hoje se sabe que o sentido maior do processo educativo é na produção do conhecimento e a gente continua trabalhando na reprodução do conhecimento por que o ato de ensinar é muito mais reprodução, e a produção do conhecimento você faz no próprio aprendizado um trabalho de pesquisa. E na medida em que você pesquisa você aprende, e na medida em que você aprende você vai tendo autonomia no sentido da criação do conhecimento.

Então a extensão processual, é exatamente isso. Ela pode ser por via do ensino, por via da pesquisa, na medida em que ela vai tratar de coisa bem prática do conhecimento da realidade e pode ser também no atendimento das outras demanda da sociedade, aí ela se insere dentro dum processo. Ela não é alguma coisa no sentido assim de fazer e cumprir apenas uma posição puramente funcional. Ela é parte de um processo de levar a universidade a se aproximar da sociedade.

9) Prof. No início da criação da UNITRABALHO, a discussão que se fazia era sobre a reestruturação produtiva advinda das políticas neoliberais e qual seria o destino dos trabalhadores dentro desse processo, se eles ficariam em desemprego estrutural, mal qualificado, aumento do subemprego ou se fariam alguma política no sentido de melhorar o sistema de educação e inseri esses trabalhadores também no processo seria um dos objetivos da UNITRABALHO na época discutir também essas questões. O Sr. Acredita que hoje, no século 21, 2008, a UNITRABALHO ainda tem um importante papel nessa discussão?

– Mais do que nunca! Eu acho que a UNITRABALHO deveria a nível das universidades brasileiras, inclusive fazer uma análise de como que esse processo está acontecendo no Brasil todo. Porque eu acho que hoje as relações de trabalho elas estão muito diferentes. O mundo globalizado deu uma diferença muito grande que a gente não sabe perceber se isto foi uma coisa boa ou se foi alguma coisa que não trouxe melhoria de condições de vida para o trabalhador. Acho que a gente precisa trabalhar muito mais no sentido da produção do conhecimento que análise como a coisa se processa hoje, por que quando se teve o início da UNITRABALHO, a realidade era uma, mais a coisa está acontecendo assim da forma galopante, e hoje em dia meu acho assim dessa forma como a coisa se processa faz com que a gente precise conhecer melhor.

Eu acho que o próprio movimento sindical hoje em dia, em função da dimensão política do Brasil hoje, mudou muito a configuração. Hoje o movimento sindical na medida em que o LULA chegou lá como presidente, já tem uma postura menos agressiva que tinha na época anterior. Hoje já houve certa assimilação do movimento sindical no poder, a gente vê muita liderança sindical daquela época, hoje são ministros, hoje são secretários, então eles tem muito mais uma condição de dirigentes e hoje em dia o movimento sindical, perdeu um pouco essa agressividade, a nível da própria questão da disputa no sentido de um espaço de configuração das lideranças nossas. Mas acho que tem muito a ver com a necessidade um instrumento como a UNITRABALHO para isso e a universidade ajudando no caso.

E essa perda da identidade tem haver com essa falta de foco e análise desses processos sociais, como a Rede UNITRABALHO, faz com certa maestria.

Eu acho o seguinte: a gente precisa fazer com que a coisa aconteça na realidade. Porque hoje em dia, eu vejo preocupadamente você ter discursos grandes e práticas pequenas. Aí a gente fala muito da coisa mais a gente não expressa à realidade do tamanho que ela precisa ser vista. E ainda a própria universidade, eu não to lá por dentro, tenho até dificuldade de julgar, mas, eu acho que os próprios estudos feitos não assim estudos que entram nos membros dessas questões principais.

E eu acho que essa questão do trabalho no Maranhão precisaria ser muito bem avaliada. Eu participo do conselho municipal do trabalho, e eu vejo lá no conselho municipal do trabalho que se refere logicamente a realidade aqui da capital, mas apropriada questão da informação a gente não tem as informações concretas. As próprias informações estatísticas que nós temos, são informações frágeis. Eu acho que o papel principal da universidade seria o saber crítico. E pra mostrar como é que isso está acontecendo aqui ela teria de dar um salto muito grande.

10) Como se dá a comunicação do Conselho do trabalho e o núcleo UNTRABALHO/UFMA?

– A nível do Conselho Municipal do Trabalho de que participo, eu não vejo essa articulação, não tem representação no Conselho, da Universidade. A nível do Conselho Estadual, eu também não sei se tem essa articulação. Eu sei que já houve nessas pesquisas feitas anteriormente, pelo grupo que era mais ligado às políticas públicas, e às próprias demandas que foram feitas através do Conselho Estadual do Trabalho aproximaram nessa época os dois grupos.

Agora, eu não sei como é que está essa situação e posso dizer que no conselho que eu participo não há essa aproximação toda.

Agora, acho também que hoje nós temos instrumento diferente. Por ex. a própria Secretaria do Trabalho que era uma secretaria que não tinha assim nenhuma expressão definida, hoje ela está muito mais clara. Hoje ela tem a própria aproximação com a questão da Economia Solidária, que tem promovido uma série de grandes discussões. Por ex. houve um seminário Internacional que eu até sugeri que vocês participassem. Veio um grupo de fora, veio gente de Cuba, Venezuela, veio uma pessoa que eu não me lembro, um negro de personalidade muito marcante mais eu não me lembro bem, eu sei que ele era da região do Caribe, mais não me lembro qual era o País que ele participava.

11) Não era Cuba?

– Não. Era de outro País.

Mas, então eu acho isso. Continuo achando importante a questão da UNTRABALHO, e acho que a universidade poderia investir mais nessa experiência, no trabalho interdisciplinar, não ficando só num curso ou num único departamento, mais envolvendo outros departamentos, envolvendo outros cursos, pra se ter essa dimensão mais ampla.

12) O Sr. Participou do Fórum de extensão Universitário que houve na UFMA?

– Esse ultimo?

Não, não. Eu não estava aqui. Quando nós ficamos sabendo já tinha passado. Eu até conversei com o Pro - Reitor, mas, não participei não. Porque também, a gente vai se envolvendo com outras atividades e às vezes não pode estar em toda em tudo aquilo que a gente desejaria.

E eu nesse envolvimento no Conselho e também em função das experiências em movimentos que eu tenho acompanhado eu tenho dificuldade de estar em tudo. E como eu me afastei da universidade, aí não dá pra estar lá também.

ANEXO G - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

**Entrevistado: Presidente da CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES- CUT .Sr. Nivaldo Araújo.
DATA: 12 DE NOVEMBRO DE 2008**

1. Qual é o seu grau de conhecimento de projetos desenvolvidos pela unitrabalho em parcerias com a CUT?

- Primeiro eu acho que a UNITRABALHO, tem tido uma participação importante porque os trabalhadores buscam uma organização para dar resposta mais qualificada, uma intervenção mais qualificada dos trabalhadores. Na medida que a UNITRABALHO é uma intuição da academia vem contribuir e tem contribuído muito com os trabalhadores, com a pesquisa com a população, para que a classe trabalhadora de forma qualificada tenha uma intervenção melhor e busque não só trazer aquele sindicalismo que nós fazíamos antes (um sindicalismo só do combate, de negação), mas também um sindicalismo combativo, mais positivo. E a UNITRABALHO tem dado essa contribuição.

2. Existe nesse momento algum projeto desenvolvido pela UNITRABALHO e a CUT?

- Quando a gente fala sobre sindicalismo propositivo a CUT no ano de 1999, pra dar resposta, também com a mudança do mundo do trabalho, a partir dos anos 90, entra aí a questão da precarização das relações do trabalho com a questão do projeto neo-liberal. Essas mudanças no trabalho levaram a CUT a repensar sua ação não só pra dar resposta aos trabalhadores que estão no emprego formal, mas também aos trabalhadores que estão no emprego informal ou que estão sem emprego. Foi importante a CUT fundar a AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO. E a UNITRABALHO foi e continua sendo uma parceira nesse processo junto com a UNISOL, CARITAS foi importante nesse processo da economia solidária.

3. O seu envolvimento com a UNITRABALHO é só através da CUT ou você já teve envolvido pessoalmente em outro projeto com a UNITRABALHO?

- A UNITRABALHO tem dado resposta aos trabalhadores e claro que ela tem tido uma contribuição sobretudo na qualificação profissional. A UNITRABALHO tem dado uma contribuição na supervisão nos cursos de qualificação profissional pelo FAT. E a UNITRABALHO tem sido essa superação de não ser importante aí não há uma relação apenas com o conselho e as condições de trabalho, que ali é uma condição de como se partir a relação do trabalhador, empregador e o governo. Então nós, diante dessa situação, lá dentro do conselho investe-se num trabalho muito sério e uma construção substantiva da supervisão dessa área de colocação profissional que é financiado pelo FAT.

4. Quando há um trabalho a ser desenvolvido, são vocês que convidam a UNITRABALHO ou a UNITRABALHO que convida vocês, ou seja, como se dá esse processo?

- Tem projeto que a CUT tem chamado a UNITRABALHO para ser parceira e também tem sido a UNITRABALHO que tem chamado a CUT para ser parceira. É uma arte, uma relação de mão-dupla, que tem ocorrido entre a CUT e a UNITRABALHO, contando que essa é uma relação que nós entendemos no ponto de vista profissional, mas também um comprometimento das transformações sociais. Contamos com a UNITRABALHO não só no ponto de vista técnico, mas também um comprometimento político, social e ambiental que alguns trabalhos têm.

5. Você considera a UNITRABALHO essencial nesse trato com a questão de trabalhador e a economia solidária no Estado?

- Sem dúvidas. Pela moral que a UNITRABALHO tem do conhecimento, do estudo e das proposições da economia solidária. É um acúmulo que eles têm muito grande e tem dado várias contribuições para a economia social do estado, considerando que essa é uma temática ainda nova para o mundo do trabalho. E, com certeza, pelo acúmulo que tem, a UNITRABALHO vai dar uma pequena contribuição para que possa deslançar e que possa ter aqui grupos de empreendimentos solidários nessa economia alternativa que está se apostando como uma alternativa em direção ao trabalhismo.

6. Como é a participação de alunos ou vocês tratam só com os professores?

- A UNITRABALHO como ela pensa nos parceiros que chegam a contribuir com a universidade em questão da extensão, ela tem dado uma contribuição significativa e é claro que dentro desse projeto os alunos que estão envolvidos também tem relações com o espaço deles. Então, eu acho importante para contribuir também com a formação dos alunos este processo; para um futuro profissional que tem esse comprometimento com o mundo escolar.

7. Como a comunidade tem sido beneficiada pela CUT junto com a UNITRABALHO?

- Primeiro acho que nada pode-se fazer dizendo apenas as instituições. Ela só tem sentido de existir seu trabalho, seu objetivo a contribuir com a sociedade. Então eu acho que essa é a primeira coisa. E tanto a UNITRABALHO como a CUT, quando desenvolve algum projeto, é visando atender as necessidade da sociedade e a questão da economia solidária. É uma questão que responde sobretudo a questão que não tiveram oportunidade de ter chance no mercado de trabalho formal. Buscar alternativa para garantir trabalho e renda. Então eu acho que quem é beneficiado não é a UNITRABALHO, não é a CUT, não são os parceiros, mas, sobretudo, a sociedade que pretende está recebendo pela oportunidade de ter fonte de renda. Além da fonte de renda, buscar garantir uma organização da perspectiva de criar uma nova sociedade.

8. Como que você faria hoje uma avaliação dos trabalhadores do país?

- Eu acho que nós estamos em um processo que nós temos no Brasil um crescimento econômico. Tem gerado mais empregos, o Maranhão entra nas estatísticas, que é um estado que mais criou emprego formal, mas isso é tanto ainda no Maranhão nós temos condições muito breve. Há muito que devemos superar. Ainda existe no Maranhão um alto fornecimento da mão-de-obra escrava no Estado. Que nós possamos superar esse ônus. Está qualificando os trabalhadores, sobretudo novos empreendimentos, que é um cenário que representa para mudança do mundo no mercado de trabalho aqui no estado. Conquanto o Maranhão tenha apresentado nas estatísticas um crescimento na geração de empregos, ainda há baixa qualificação dos trabalhadores no Maranhão, sobretudo tanto no aspecto da questão da qualificação profissional, quanto também até mesmo em relação a questão do nível de escolaridade, que tivemos que investir na escolaridade, elevar índice de escolaridade do estado e trabalhar em questão da perspectiva da qualificação profissional. Então, eu acho que é uma questão importante, mas que precisa ter recursos para isso, não pode apenas ficar dependendo dos recursos que estão lá para o comprometimento pelo FAT, mas é preciso rever o Estado, a Prefeitura e os outros órgãos também. O foco de crescimento que virão instalar no Estado também tem que dar sua parcela de contribuição. Não para aguardar. E o FAT pode estar preparando essa mão-de-obra para ser absolvida. Mas eu acho que eles precisam também dar sua contribuição para que possamos alterar essa característica da mão-de-obra e do mercado do trabalho do Estado do Maranhão.